



# FRONTEIRAS DA INFORMAÇÃO

Relatório sobre Jornalismo  
e violência na Amazônia





# SUMÁRIO

03	➤
05	➤
10	➤
20	➤
27	➤
32	➤
37	➤
42	➤
46	➤
50	➤
56	➤
57	➤
58	➤
60	➤
64	➤



## ROGÉRIO SOTTILI

Diretor-executivo  
do Instituto  
Vladimir Herzog

# NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM UMA IMPRENSA LIVRE, SEGURA E COMPROMETIDA COM O INTERESSE PÚBLICO

**E**m junho de 2022, o Brasil ficou atônito com as primeiras informações sobre o desaparecimento de um indigenista brasileiro e um jornalista inglês em uma região da Amazônia. Dias depois, a tragédia se confirmou: Bruno Pereira e Dom Phillips haviam sido assassinados no Vale do Javari, em um crime brutal, que ganhou repercussão internacional e, até hoje, nos envergonha e nos entristece.

O que já era amplamente sabido por algumas pessoas e organizações da sociedade civil tornou-se uma verdade alarmante, incontestável e impossível de se desviar. A violência na Amazônia havia recrudescido de forma significativa e o assassinato de Bruno e Dom não era um caso raro, tampouco aceitável diante de características singulares presentes desde sempre na região.

Há bastante tempo, a Amazônia é um ponto de interesse global. Trata-se, afinal, de um dos biomas mais importantes e diversos do planeta. Contudo, suas peculiaridades históricas, naturais, políticas, econômicas e sociais se entrelaçam de maneira complexa e, muitas vezes, problemática.

O Instituto Vladimir Herzog acredita que não há democracia sem uma imprensa verdadeiramente livre, protegida e capaz de produzir análises e informações de interesse público. Mais do que isso, acreditamos que o papel desempenhado por jornalistas e comunicadores/as é absolutamente fundamental para que a sociedade, como um todo, possa avançar na conquista e na garantia

de direitos. No que diz respeito à Amazônia, essa é uma tarefa ainda mais desafiadora e urgente.

Os dados, histórias e informações trazidos neste relatório revelam um cenário preocupante. Destacamos alguns dos processos de violência, revelando suas causas subjacentes, as formas como esses incidentes são perpetrados e os efeitos devastadores que têm sobre a liberdade de imprensa e a democracia.

Nosso objetivo é contribuir com as análises produzidas sobre o tema, ampliar a conscientização sobre os desafios enfrentados por essas pessoas e reforçar a necessidade de que Estado e sociedade atuem conjuntamente para garantir que o trabalho jornalístico possa ser feito sem medo de ameaças e violações. ■





# ABERTURA



## SÔNIA BRIDI

Repórter da TV  
Globo e autora do  
documentário  
“Vale dos Isolados”

**EM 2022, PELA PRIMEIRA VEZ  
EM QUASE 40 ANOS DE  
PROFISSÃO, TIVE DE REPORTAR  
ACOMPANHADA DE  
SEGURANÇAS ARMADOS.**

Qualquer pessoa minimamente informada sabe que estamos vivendo uma guerra na Amazônia. É uma disputa brutal por território e recursos. De um lado, os donos desse território – povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e defensores dos direitos humanos. Do outro, criminosos que descobriram o crime perfeito, que dá alto lucro e pouco ou nenhum risco: o crime ambiental, ou, eu deveria dizer, socioambiental – porque, ao tomar o território e destruir a natureza, aniquilam também as pessoas.

Estive muitas vezes na Amazônia e vi essa guerra se espalhar com mais força no governo Bolsonaro. Em 2022, pela primeira vez em quase 40 anos de profissão, tive de reportar acompanhada de seguranças armados. Foi no Vale do Javari, onde o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira foram assassinados brutalmente,

com tiros pelas costas, no exemplo mais concreto de como a violência se apossou da Amazônia.

Nas mortes de Bruno e Dom está envolvido diretamente o Estado brasileiro. A perseguição interna na

Funai forçou o afastamento de Bruno, que foi exonerado do cargo de coordenador da Coordenadoria Geral de Povos Isolados e de Recente Contato após mapear o garimpo no Vale do Javari e ajudar numa ação de repressão da Polícia Federal e do Ibama. O Estado foi além: deliberadamente negou a ele a proteção pedida oficialmente quando ameaçado e ainda usou de instrumentos públicos para fazer conhecida na região a informação de que Bruno, para a Funai de então, era *persona non grata* que agia “fora



da lei”. Isso porque Bruno ajudou os indígenas a se organizarem para defender o próprio território, função que o Estado havia abandonado. Dom estava no Vale do Javari, conhecendo o trabalho de vigilância indígena a convite de Bruno – o próprio Bruno, aliás, quase se formou jornalista, mas abandonou o curso para se dedicar à causa indigenista.

Nos últimos anos, o Estado se retirou da Amazônia. Inúmeras vezes operações do Ibama e da Polícia Federal foram canceladas porque as Forças Armadas, as únicas que tinham os meios para operar nos locais mais distantes e de difícil acesso, cancelaram seu apoio de última hora, alegando as mais diferentes razões.

Vejam os casos das Terras Indígenas Vale do Javari e Yanomami, as maiores do Brasil e nas quais estive várias vezes. Quando foram demarcadas, o Estado esteve presente: expulsou invasores e garimpeiros, demarcou os limites, se fez presente para proteger os indígenas. Mas, aos poucos, foi se retirando, até nada sobrar, especialmente no período Bolsonaro. No Vale do Javari há dois PEFs – Pelotões Especiais de Fronteira do Exército Brasileiro – que não impedem a invasão do território por criminosos do Brasil, Peru e Colômbia para a pesca, garimpo e desmatamento ilegais. Na Terra Indígena Yanomami, são três PEFs. Aos de Surucucu e Awaris, só é possível chegar sobrevoando garimpos imensos, os quais provocaram a maior crise humanitária do Brasil em tempos modernos.

Ao determinar, em novembro de 2022, que a União adotasse com urgência medidas para proteger os indígenas do Vale do Javari, a juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas, escancarou essa omissão: “A presença de membros da Força Nacional e do Exército Brasileiro somente se justifica no local se fizerem a efetiva fiscalização nas terras, floresta e rios. Não se justifica ficarem ‘aquartelados’ nas poucas unidades que ainda existem no local”, escreveu ela.

Omissão ou projeto deliberado? Isso ainda está sendo investigado. O fato inegável é que, no vácuo do Estado, o crime organizado avançou, levando máquinas

pesadas de garimpo que custam milhões e armando os garimpeiros com fuzis. Mas, principalmente, a ausência do Estado armou os criminosos com a ousadia que só existe com a certeza da impunidade. Duas comunidades

**A PRESENÇA DE MEMBROS DA FORÇA NACIONAL E DO EXÉRCITO BRASILEIRO SOMENTE SE JUSTIFICA NO LOCAL SE FIZEREM A EFETIVA FISCALIZAÇÃO NAS TERRAS, FLORESTA E RIOS.**



inteiras participaram do planejamento, execução e ocultação dos corpos e do crime de assassinato de Bruno e Dom, certas de que, como quando fizeram o mesmo com indígenas isolados, ninguém seria punido.

Só encontrei o Dom pessoalmente uma vez. Ambos voltávamos da Amazônia e pegamos o mesmo voo de Santarém a Brasília. Nos acompanhávamos pelo Twitter e havíamos falado algumas vezes por telefone. Na escala, enquanto esperávamos os voos para casa – ele para Salvador, eu e meu companheiro Paulo Zero para o Rio, conversamos sobre como a violência chegava até nós, jornalistas.

Nessa viagem, eu havia sofrido ameaças de morte na Amazônia, quando acompanhava uma operação conjunta da Polícia Federal, Ibama, Funai e Forças Armadas contra o garimpo na Terra Indígena Kayapó. Dentro da TI, fiquei um dia inteiro sem sinal de internet. Quando voltei a Cumaru do Norte, no Pará, onde estava a base da operação, recebi várias mensagens de fontes minhas que monitoram os grupos de garimpeiros nas redes sociais. Havia uma ordem para me encontrar e me “dar uma lição”. Não dei muita bola até que o delegado da PF que comandava a operação veio me dizer que também havia monitorado as ameaças e avaliou que o perigo era real e, portanto, a melhor forma de me proteger era me tirar dali. Fui escoltada por dois agentes da PF até estar fora de Redenção, a cidade mais próxima. Dois dias depois, fazendo um ao vivo para a Globonews a muitos quilômetros de lá, na beira da BR-163, em Belterra, também no Pará, um homem parou uma caminhonete e começou a me hostilizar, aos gritos, com palavrões.

Entre um café e outro, Dom ouviu meu relato e me contou do livro que estava escrevendo sobre a Amazônia. Lembro-me de termos feito uma







avaliação de que, para nós, que vivemos fora da Amazônia, o perigo seria relativo – caímos de paraquedas, reportamos, e vamos embora. Mas nossas fontes ficam. Nossos colegas, que vivem na Amazônia e têm suas famílias lá, ficam. Denunciam o garimpo, o político que invade terras, o grileiro que contrata matadores, e encontram essas pessoas na padaria, no supermercado. Alguns deles não podem sequer contar com a justiça para obter proteção – basta ver quantas reportagens, principalmente de veículos menores e especializados, são previamente censuradas por juízes de primeira instância, para entender que, em algumas partes da Amazônia, a justiça é parte do problema.

Neste relatório vocês vão conhecer alguns dos jornalistas que tiveram suas vidas – e as de suas famílias – ameaçadas pelo crime, e que não receberam do Estado brasileiro nada além de omissão. Jornalistas que tiveram de abandonar suas casas, mudar de vida e de cidade. Repórteres que precisam se disfarçar para trabalhar, adotar protocolos de segurança e, ainda assim, vivem com medo constante. A vida de jornalista é arriscada na Amazônia porque a vida dos amazônidas têm valido pouco. Um relatório do Observatório da Violência mostra claramente o aumento das mortes intencionais em toda a região.

É preciso, com urgência, que o Estado brasileiro garanta a segurança para esses jornalistas e para suas fontes; para os defensores dos povos tradicionais; para os que enfrentam os grileiros, garimpeiros, madeireiros ou criminosos disfarçados de empresários do agro; para todas as pessoas que vivem na Amazônia, um território cada vez mais controlado por organizações criminosas, como já acontece nas favelas do Rio de Janeiro há décadas.

Alguns estados amazônicos importaram também o fracassado modelo de segurança do Rio de

Janeiro. Modelo violento, que faz vítimas como “dano colateral”, e muitas vezes tem as forças pagas por nossos impostos usadas como milícias privadas a serviço dos criminosos.

Dois meses antes de morrer, Bruno Pereira entregou pessoalmente ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, em Tabatinga, um relatório mostrando que estava ameaçado de morte e, com ele, outros indigenistas e lideranças indígenas. O relatório tinha os nomes e endereços dos que seriam depois identificados como o mandante e os executores do assassinato. Foi assim que nós, os repórteres que cobrimos esse assassinato brutal, sabemos desde o início quem matou e quem mandou matar. E sabemos que, se o Estado brasileiro não tivesse se omitido tantas vezes, Bruno e Dom estariam ainda entre nós.

Alguns passos foram dados desde o fim do período Bolsonaro, mas ainda precisamos avançar muito. Neste momento, nenhum jornalista, mesmo autorizado pela Funai (a Funai de Bolsonaro não autorizava) pode entrar na Terra Yanomami acompanhado apenas pelos indígenas para ver a situação nas regiões de garimpo. Não pode por falta de segurança, assim como não podem médicos e enfermeiros em alguns pontos do território, assim como não podem até mesmo os próprios indígenas. Segurança é um bem coletivo, só existe se é para todos. É um direito fundamental. Mas, para garantir uma sociedade segura, precisamos saber onde está sendo cometido um crime, como e onde agem os criminosos. Por isso, uma sociedade só é segura quando há segurança para os jornalistas. ■





# INTRODUÇÃO

A vastidão da Amazônia, rica em recursos naturais e palco de uma complexa teia de interesses, é também um desafio para os jornalistas que buscam ir além de estereótipos, expondo suas realidades. Os relatos e experiências de jornalistas e comunicadores no exercício da profissão revelam a insegurança sentida por quem trabalha na maior floresta tropical do mundo.

Apurações que envolvem o garimpo ilegal, a exploração madeireira, a expansão agrícola desenfreada e até mesmo o narcotráfico na região amazônica motivam ameaças, agressões e mortes, como as do jornalista **Dom Phillips** e do indigenista brasileiro Bruno Pereira, assassinados em 5 de junho de 2022 enquanto faziam uma incursão para apurar crimes ambientais na região do Vale do Javari, no Amazonas.

Aumento do desmatamento na Amazônia desperta também emergência para jornalistas que cobrem esse tipo de crime.

Outro caso de extrema violência foi o ocorrido com o jornalista Romano dos Anjos, que foi



Crédito: Christian Braga/Climainfo

sequestrado, agredido e abandonado com os membros quebrados na mata, em Boa Vista, em Roraima, em 26 de outubro de 2020. O grupo que sequestrou Romano dos Anjos é **investigado por fornecer armas para garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami**.

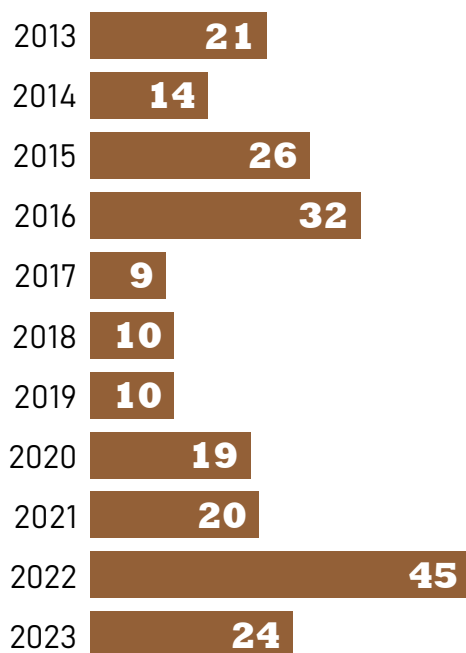
No Mato Grosso, em 2017, o repórter Bruno Abbud e o fotógrafo Ednilson Aguiar ficaram na mira de fuzis da própria Polícia Civil após registrarem uma fazenda ilegal dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. A propriedade, **segundo apuraram**, pertencia ao então ministro Eliseu Padilha.

Em 11 de novembro de 2022, a sede do jornal *Rondônia ao Vivo* foi metralhada. Segundo o jornalista Ivan Frazão, editor do jornal, supostamente por eleitores do ex-presidente Bolsonaro, os quais eram contrários à linha editorial do veículo. Frazão nos contou que a abordagem do meio sobre alguns temas incomoda o poder econômico da região.

A violência deixa traumas, como lembra a jornalista Emily Costa, que deixou a Amazônia após uma série de trabalhos que denunciaram garimpo ilegal e narcotráfico em Roraima e no Pará. Isso também aconteceu com o comunicador Darlon Neres, em 2023, após denunciar a extração de madeira ilegal na comunidade onde cresceu, Lago Grande, em Santarém, no Pará.

A liderança indígena Txai Suruí, que soma esforços para fortalecer uma rede de jovens comunicadores/as da Amazônia, foi cercada por fazendeiros em Rondônia, em maio de 2023, enquanto acompanhava uma equipe que iria filmar e produzir **um vídeo** justamente sobre as fazendas de gado que invadem a terra indígena.

## CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS





Em 10 anos, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou 230 casos de violência contra jornalistas e a liberdade de imprensa nos nove estados da Amazônia Legal. O relatório anual da Federação é o principal indicador da violência contra jornalistas no Brasil, já que os dados oficiais não discriminam os profissionais da categoria nos seus registros.

O Pará é o estado mais violento para repórteres na Amazônia, segundo o relatório, com 89 casos registrados em uma década, seguido por Amazonas (38), Mato Grosso (31) e Rondônia (20).

“A garantia do exercício do jornalismo requer um entendimento da sociedade como um todo, no sentido de que agredir um jornalista ou comunicador prejudica a própria sociedade, indo contra o seu acesso à informação. Parece algo abstrato, mas, após quatro anos de ataques do

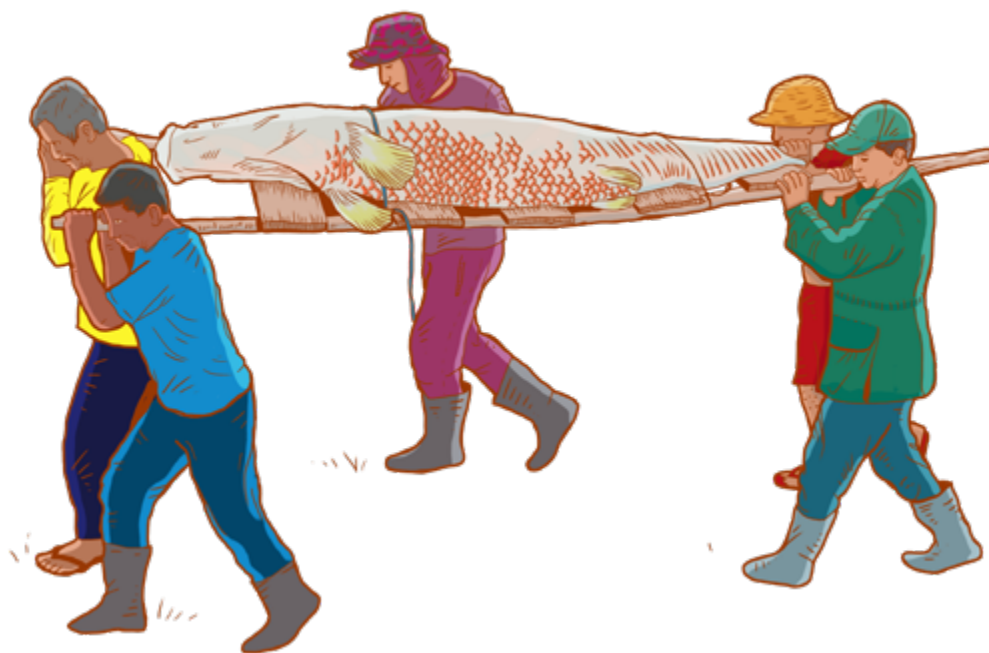
governo Bolsonaro, ainda não conseguimos mudar essa percepção”, afirma Samira de Castro, presidente da Fenaj.

**A GARANTIA DO EXERCÍCIO DO JORNALISMO REQUER UM ENTENDIMENTO DA SOCIEDADE COMO UM TODO, NO SENTIDO DE QUE AGREDIR UM JORNALISTA OU COMUNICADOR PREJUDICA A PRÓPRIA SOCIEDADE.**

Samira contou à equipe do Instituto Vladimir Herzog (IVH) que “na Amazônia há um fator de tensão que é gerado pelo próprio interesse

econômico da região, onde grupos agem para que a sociedade não saiba o que acontece”.

Ela lembra que o assassinato do jornalista Dom Phillips, que estava acompanhado do indigenista Bruno Pereira, teve como pano de fundo esse contexto: esconder algo que muitas pessoas já sabiam na região, mas não conseguiam ou não podiam reportar. “O assassinato do Dom está diretamente relacionado com a sua atividade como jornalista, e impediram ele de contar essa história”, conclui a presidente da Fenaj.



Investigações da Polícia Federal identificaram que pescadores ilegais são os responsáveis pelo duplo homicídio. A pesca ilegal que Dom apurou até momentos antes de morrer foi abordada pelo projeto *Forbidden Stories*, cuja missão é proteger, apurar e publicar o trabalho de outros jornalistas que enfrentam ameaças ou tenham sido presos ou assassinados. A investigação de Dom revelou como a atividade ilegal na região do Vale do Javari está **ligada a grupos criminosos** que se estabeleceram naquela região da tríplice fronteira, onde o Brasil faz divisa com Peru e Colômbia.

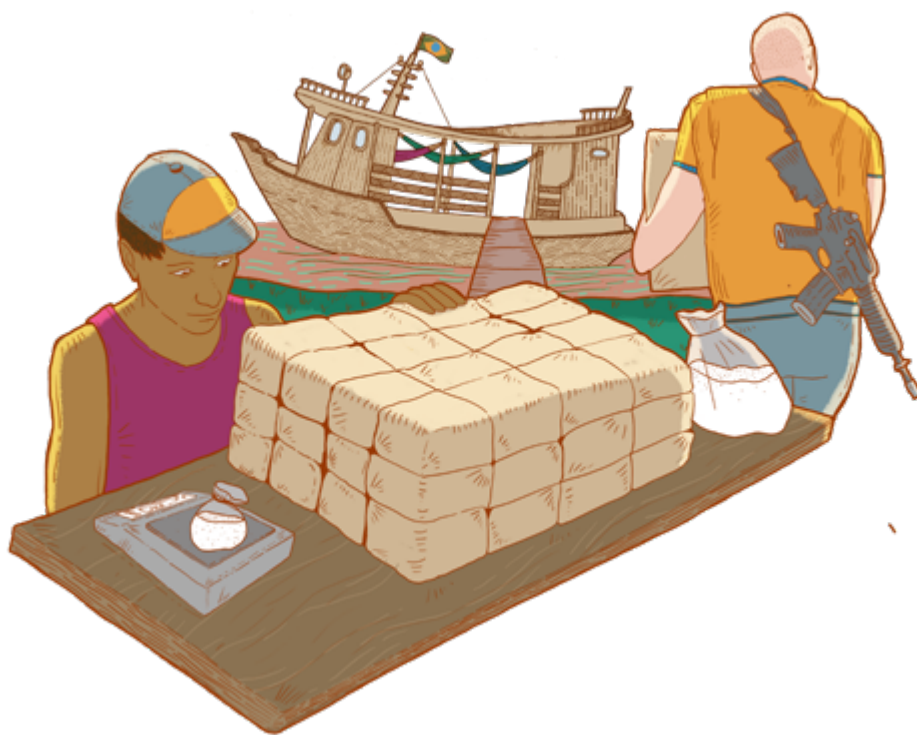
### **Cenário pode ser ainda mais grave**

O Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil é elaborado anualmente a partir dos dados coletados pela Fenaj e pelos Sindicatos de Jornalistas dos estados. A coleta se dá por meio de denúncias feitas pelas próprias vítimas da violência ou por outros jornalistas, além de ser realizada a compilação de notícias publicadas pelos veículos de comunicação.

Uma das lacunas do documento é a subnotificação, já que nem todos os casos são registrados, seja por medo dos profissionais de denunciarem às autoridades locais, seja por desconhecimento dos canais seguros para realizar essas denúncias, segundo observa a presidente da Fenaj.

A jornalista Elaíze Farias, fundadora do site *Amazônia Real*, alvo de diversas ameaças desde a sua fundação, em 2013, destaca que os jornalistas estão vulneráveis na região amazônica. Essa vulnerabilidade é agravada pela





própria geografia do terreno, como longos deslocamentos por áreas com pouca ou nenhuma estrutura de estado.

“Os grupos de criminosos se espalharam, estão nas fronteiras, e, sobretudo, nas regiões onde estão quilombolas, indígenas e ribeirinhos. Ao longo do rio Amazonas todo, no rio Solimões... É o chamado narcogarimpo”, afirma a jornalista, que revelou à equipe do IVH ter deixado de fazer certas apurações por questões de segurança.

## **Observatório Nacional da Violência cria canal de denúncias**

Em janeiro de 2023, logo após assumir o governo, a gestão do presidente Lula (PT) criou o Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas, que está vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Depois de quatro anos sob ataques promovidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a criação da estrutura surgiu na esteira das investidas golpistas de 8 de janeiro de 2023 – quando, naquele dia e nos dias subsequentes, 45 jornalistas e comunicadores foram agredidos<sup>1</sup> –, ainda que essa já fosse uma demanda antiga das organizações ligadas aos jornalistas e comunicadores.

<sup>1</sup> Dados do “Relatório de atentados contra jornalistas e comunicadores de 08 a 11/01/2023”, produzido por Artigo 19, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação de Jornalismo Digital (Ajour), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), Instituto Palavra Aberta, Instituto Vladimir Herzog, Repórteres sem Fronteiras e Tornavoz.

O conselho do Observatório é formado por 33 entidades da sociedade civil e do Estado, incluindo a Fenaj, Abraji, RSF e o IVH. O Observatório criou um canal de denúncia nacional, com objetivo de ter um banco de dados único para as ocorrências de violência contra jornalistas. Os próprios funcionários do Ministério fazem a análise preliminar dos casos e os encaminham para o local correto de investigação.

“O observatório foi uma criação importante diante da explosão de casos que estávamos enfrentando. Era uma demanda da categoria. Nós estamos divididos em grupos temáticos e debruçados sobre questões importantes, como segurança digital, por exemplo”, explica o professor Rogério Christofolletti, que representa a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Observatório.

O objetivo é que esses debates evoluam para criações de leis e políticas públicas que melhorem a segurança de jornalistas e a apuração de crimes. Algumas dessas discussões passam pela federalização dos casos, por exemplo, e a implantação de protocolos específicos para as forças de segurança em ocorrências de violência contra jornalistas.

**UM DOS PRINCIPAIS ARGUMENTOS PARA FEDERALIZAÇÃO É ATACAR PONTUALMENTE A QUESTÃO DA IMPUNIDADE.**

“Um dos principais argumentos para federalização é atacar pontualmente a questão da impunidade”, explica Christofolletti. Isso porque, segundo o professor da UFSC, em muitos casos os jornalistas conhecem

pessoalmente esses agressores ou podem ser facilmente reconhecidos por eles. “Principalmente em regiões mais isoladas”, destaca.

A federalização é uma demanda antiga de organizações da categoria, como Sindicatos e a Fenaj, que defendem essa demanda desde as manifestações de junho de 2013.

No entanto, depois de um ano de criação, o Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas e Comunicadores enfrenta dificuldades para atingir seus objetivos e atender as demandas das organizações. “Temos muitas limitações de estrutura, não existe pessoal destacado para atuar no Observatório e, principalmente, falta orçamento”, afirma Christofolletti.

As atribuições do Observatório, conforme estabelecido pela portaria que o instituiu, abrangem o monitoramento de casos de violência contra jornalistas e comunicadores, o apoio às investigações desses casos, a manutenção de um banco de dados com indicadores sobre atos de violência e a sugestão de políticas públicas para garantir o pleno exercício das funções desses profissionais. Essas atividades são realizadas em colaboração com outras áreas competentes do governo.

Durante o primeiro ano de funcionamento, representantes de organizações da sociedade civil, órgãos estatais e do governo se reuniram a cada dois meses para planejar e executar as ações do Observatório. Nessas reuniões, foram estabelecidos cinco grupos de trabalho para abordar questões como Raça e Diversidade, Violência de Gênero, Assédio Judicial, Ataques Digitais e Protocolos de Proteção, além de Caminhos Processuais e Legais.

“O Observatório é uma boa iniciativa para demonstrar que o governo olhou para o problema, mas agora precisamos que ele funcione”, afirma Samira Castro. Ela cita como exemplo a falta de uma política mais intensa sobre o canal de denúncias, que deveria envolver a estrutura da Segurança Pública. “O governo pode chegar em todas as delegacias e esclarecer sobre o canal, divulgar para a sociedade, para os jornalistas. O Observatório sozinho não consegue fazer isso”, comenta a presidente da Fenaj.



## **GT trabalha em protocolos de segurança para jornalistas**

Outra iniciativa que agrega organizações de defesa dos jornalistas e comunicadores é o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta (GTT), cujo objetivo central é propor a criação de políticas de proteção para os defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

“A revisão das políticas de proteção para defensores de direitos humanos, ambientalistas e comunicadores é essencial. Há uma tentativa de montar um plano básico, possivelmente um projeto de lei, para propor uma revisão do programa nacional de proteção”, afirma o jornalista Gabriel Shiozawa, que integra o GT como representante da organização Brigadas Populares.

**A REVISÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO PARA DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, AMBIENTALISTAS E COMUNICADORES É ESSENCIAL.**

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) tem o objetivo de fazer o acompanhamento de pessoas ameaçadas em decorrência de suas atividades como comunicadoras, ambientalistas ou defensoras de direitos humanos. A política é executada por meio de convênios firmados com os estados, quando da existência de programas estaduais.

Atualmente, os seguintes estados contam com o Programa instituído: Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Nas demais unidades da federação, os defensores e as defensoras de direitos humanos são acompanhados por uma Equipe Técnica contratada através de parceria realizada entre este Ministério e uma Organização da Sociedade Civil.

“Em mais de um caso trabalhado pelo grupo, a ameaça veio da polícia militar. Em outros casos, a proteção das polícias locais não impediu assassinatos. O programa não tem tido muita eficácia, porque não se trata de um sistema de escolta, mas sim de acompanhamento”, explica Shiozawa.

**O PPDDH acompanha atualmente 940 casos ativos em todo o Brasil, dos quais 671 são casos incluídos e 269 estão em análise. Indígenas são a maioria entre os protegidos, sendo 30% do total, seguidos por pretos (27%) e pardos (17%).**

A fase “em análise” refere-se à etapa de recebimento dos casos de defensores e comunicadores em situação de risco ou vulnerabilidade. Durante essa etapa, a pessoa em risco recebe acompanhamento pela equipe do programa, que pode incluir medidas protetivas emergenciais.

No entanto, há um baixíssimo índice de jornalistas e comunicadores entre esse número total de pessoas atendidas, o que gera severas críticas e enorme preocupação, uma vez que o número de violações aumentou consideravelmente ao longo dos últimos anos.

O programa de proteção funciona através de convênios entre os governos estaduais e o governo federal. No entanto, na Amazônia Legal, apenas Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Pará possuem programas de proteção conveniados. Nos demais estados, o governo federal atua diretamente na proteção de defensores humanos, jornalistas e ambientalistas ameaçados.

Questionamos os governos do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins sobre a não existência de programas de proteção estaduais conveniados com o PPDDH federal, mas não obtivemos respostas até a publicação deste relatório.

↑  
**45**

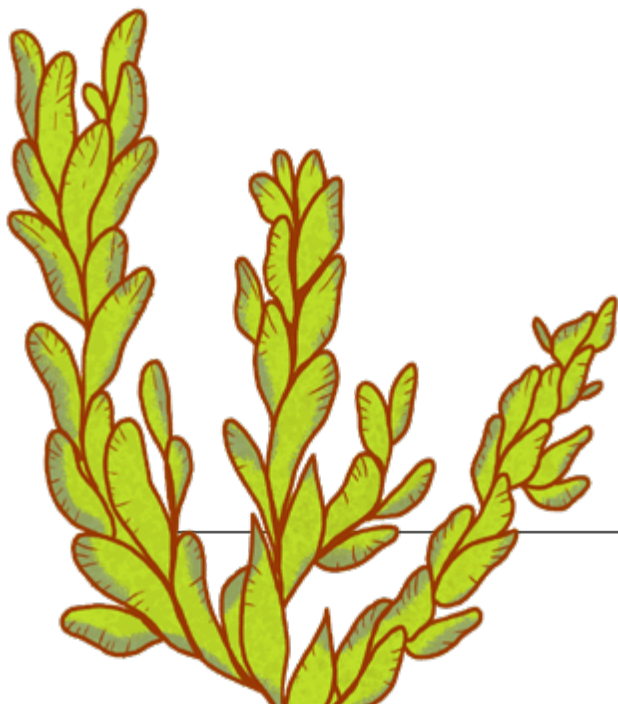
casos de violência  
contra jornalistas  
em 2022. O dobro  
em relação a 2021.

---

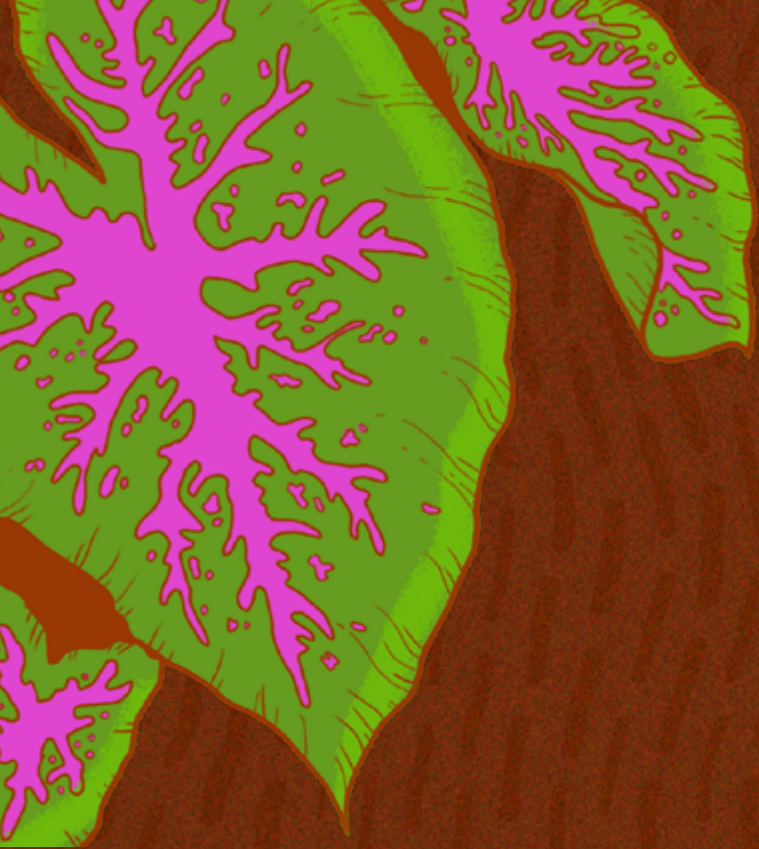
Na Amazônia, muitos casos de violência contra jornalistas e comunicadores estão diretamente ligados às investigações sobre crimes ambientais. Conforme cresce a preocupação global com a preservação dos recursos naturais, os jornalistas intensificam seus esforços para manter o público informado, o que tem resultado em um aumento visível nos casos de violência. Em 2022, por exemplo, ano eleitoral, o registro de violência contra jornalistas na Amazônia mais que dobrou em relação a 2021. Foram 45 casos contra 20 no ano anterior, segundo levantamento da Fenaj.

O IVH ouviu 10 jornalistas e comunicadores populares que foram alvo de violência devido ao seu trabalho na Amazônia, e registrou como esse contexto de hostilidade representa um ataque a toda a sociedade.

As entrevistas feitas para este relatório mostram as angústias e medos de quem reporta sobre a Amazônia. Além disso, buscam revelar quais são os setores da economia, legal e ilegal, que financiam a violência contra jornalistas e comunicadores. ■







# **VIOLÊNCIA DO GARIMPO ILEGAL TRAUMATIZA JORNALISTAS**



**A** chaga aberta na floresta em busca de ouro em terras indígenas ganhou as manchetes com a crise humanitária sofrida pela população Yanomami. Entretanto, em Roraima, o garimpo ilegal **divide em números desiguais** a população, enquanto moradores de áreas urbanas e rurais apoiam a exploração do ouro, os povos indígenas são minoria na luta pela preservação da floresta. Não é para menos que, na praça de Boa Vista, a capital do estado, haja um monumento em homenagem ao garimpeiro, considerado “patrimônio histórico”. No campo político, a atividade já recebeu demonstrações públicas de apoio do governador Antônio Denarium (PP) e de grande parte dos parlamentares.

Crédito: Felipe Werneck/Ibama



**Grupo Especializado de Fiscalização (GEF) do Ibama desativa garimpos ilegais nos parques nacionais do Jamanxim e do Rio Novo, no Pará.**

A jornalista Emily Costa diz que precisou sair de Roraima após fazer coberturas sobre o garimpo ilegal para veículos nacionais e internacionais. A jornalista foi ameaçada enquanto fazia a cobertura de uma manifestação de garimpeiros: “pediram que eu saísse de lá imediatamente, e ameaçaram me agredir”, relata Emily.

Após uma série de ameaças, a profissional deixou de viver em Boa Vista e passou uma semana em Manaus. “Saí de Roraima porque estava me sentindo muito exposta. Eu já tinha trabalhado em

muitos veículos, tinha aparecido na televisão, as pessoas me reconheciam nas ruas quando eu chegava para perguntar alguma coisa”.

A repórter procurou apoio psicológico por causa do medo que passou a sentir ao exercer a sua profissão: “Minhas conversas com a psicóloga eram: ‘Eu estou com medo de garimpeiro, estou com medo disso, estou com medo daquilo, dos políticos...’. E aí, nessa mesma época, para explicar o nível de afetação em que cheguei, eu me deitava para dormir no meu quarto e me lembrava de uma liderança garimpeira que tem milhões de reais, que tem vários helicópteros, muito dinheiro, capangas armados, fazendas, e possui realmente uma grande estrutura. Tinha e tem, porque ainda está solto. E eu olhava para a fresta da minha porta, do quarto, e eu pensava o quão fácil seria entrar na minha casa e me levar, porque a segurança era praticamente zero”, contou a jornalista.

Mesmo à distância, Emily Costa continua acompanhando os **impactos do garimpo ilegal na Amazônia**. No entanto, a repórter admite um alívio em não ser mais um alvo de fácil acesso para os agressores.

“A Amazônia está indo na contramão do resto do país, só aumentando a violência. Então, foi também um conforto sair de lá por enquanto. Vou ficar um tempo longe para ver como é, sair do olho do furacão, olhar um pouco daqui e tentar tocar a vida de outra forma, por esse outro viés”, finaliza Emily.

**A AMAZÔNIA ESTÁ INDO NA  
CONTRAMÃO DO RESTO DO PAÍS,  
SÓ AUMENTANDO A VIOLÊNCIA.**

Também de Roraima, Felipe Medeiros, que faz cobertura multimídia para agências e jornais como freelancer, precisou adotar medidas de segurança após as coberturas da tragédia yanomami. “Fazer a cobertura desse assunto é delicado, pois grande parte da economia do Estado gira em torno do garimpo.





A gente percebe que as pessoas à nossa volta, no dia a dia, são ligadas direta ou indiretamente a alguém que pratica essa atividade criminosa”, nos contou.

Uma jornalista de Roraima, que, por segurança, preferiu não se identificar, relatou ter recebido intimidações pelo celular. A mensagem dizia: “Você está em Roraima, você sabe que aqui em Roraima todo mundo se conhece e sabe onde mora”.

A jornalista fechou as redes sociais e deixou de assinar reportagens sobre o tema. “Essas pessoas ficam com a sensação de que elas podem fazer o que quiser, porque elas não vão ser punidas. Eu acho que falta um posicionamento político de Estado e um posicionamento jurídico também, porque você não vê as pessoas sendo punidas por isso. Falta a lei ser cumprida da forma como ela é, e não você fazer uma lei, por exemplo, para liberar uma atividade ilegal como ocorre aqui”, disse ela, referindo-se às tentativas do estado de liberar a atividade garimpeira.

Em 2020, o jornalista Romano dos Anjos foi sequestrado por uma milícia armada instalada na Assembleia Legislativa de Roraima (ALRR) a mando do deputado Jalser Renier, na época presidente da Assembleia. Romano dos Anjos divulgou reportagens sobre o grupo, que, mais tarde, após o crime, a polícia descobriu estar ligado ao fornecimento de armas para proteção de garimpos de ouro na Terra Yanomami.

### **GARIMPO TEVE CRESCIMENTO RECORDE NO GOVERNO BOLSONARO**

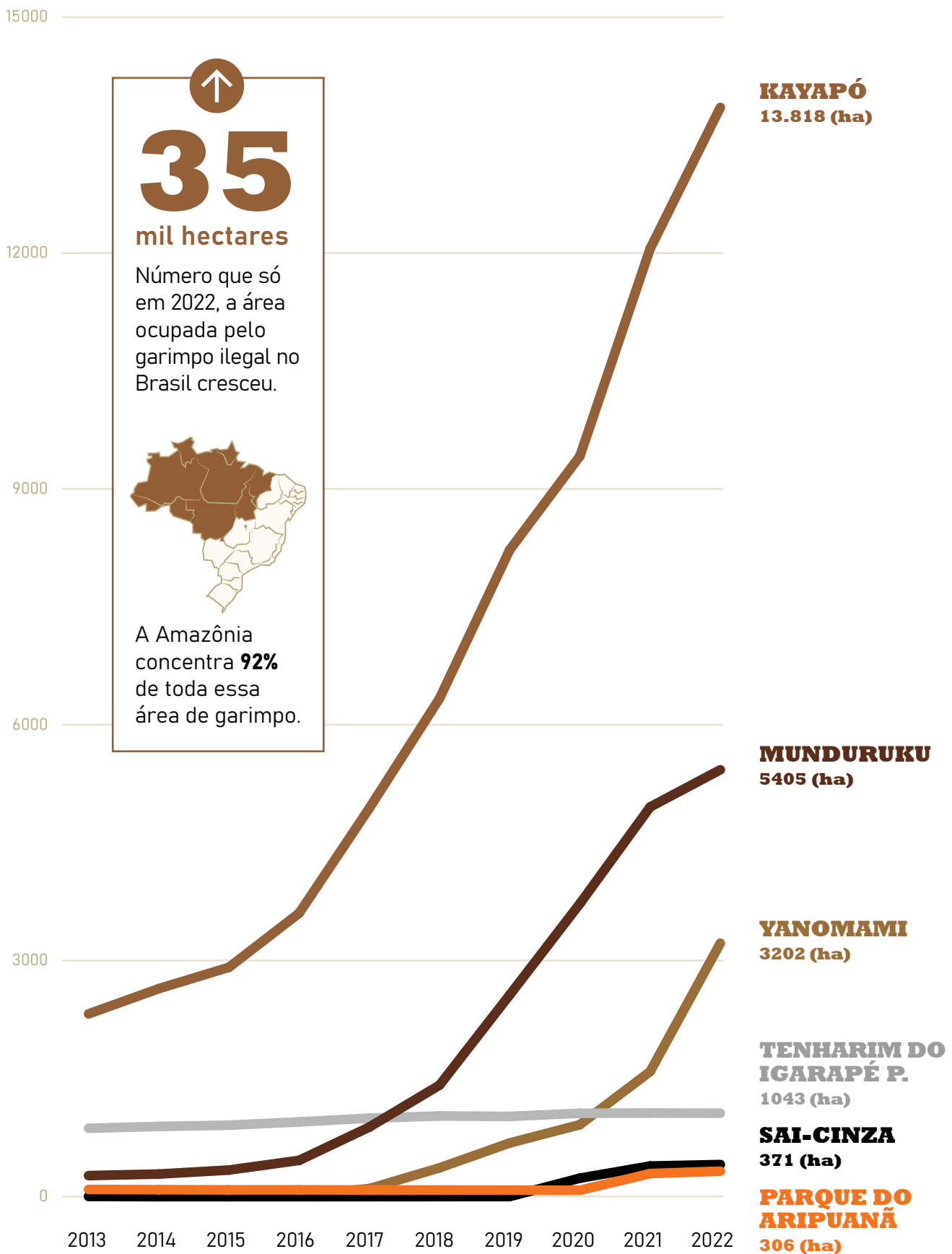
Segundo levantamento da organização MapBiomias, 40,7% da área garimpada na Amazônia foi aberta nos últimos cinco anos. O garimpo ilegal ganhou as manchetes dos jornais, com seguidas operações que resultaram na queima de maquinários e aviões. Nesse período, a imprensa noticiou grandes esquemas transnacionais para venda do ouro ilegal dos garimpos e as relações da atividade com o crime organizado. A destruição causada pela atividade no meio ambiente e a violência que impõe para as comunidades próximas dos locais explorados acendeu o alerta de organizações internacionais de direitos humanos e expôs grandes grupos econômicos.

Só em 2022, a área ocupada pelo garimpo ilegal no Brasil cresceu 35 mil hectares. A Amazônia concentra 92% de toda essa área de garimpo.

Dados do mapa *Amazônia Minada* expõem como essa procura por minério afeta povos indígenas na região. Em fevereiro deste ano, a plataforma identificou quase dois mil pedidos de mineração ilegais afetando terras indígenas na região, sendo a maior parte para ouro.

# GARIMPO E MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

(área ocupada entre 2013 e 2022 em hectares)



Em Rondônia, o jornalista Fábio Diniz, correspondente da *Globo* na *Rede Amazônia*, foi perseguido por garimpeiros após publicar uma reportagem sobre o comércio ilegal de mercúrio. O metal usado na extração de ouro é altamente tóxico. Além de poluir rios, o mercúrio se aloja nos peixes e pode causar envenenamento em humanos.

Na reportagem que foi apresentada no programa Fantástico, em 2020, o jornalista usou uma câmera escondida para mostrar o livre comércio de mercúrio no centro de Porto Velho, capital de Rondônia, onde o metal é vendido para atender as balsas de garimpo que atuam ilegalmente no rio Madeira. Apesar de não ter aparecido no vídeo, os créditos da reportagem revelaram a sua autoria na apuração.

**DESDE QUE A REPORTAGEM  
FOI AO AR, TODA SEMANA  
TINHA UNS DOIS OU TRÊS  
'CARAS', GARIMPEIROS,  
QUERENDO FALAR COMIGO.**

“Desde que a reportagem foi ao ar, toda semana tinha uns dois ou três ‘caras’, garimpeiros, querendo falar comigo. Ficaram insistentemente no portão da TV umas três ou quatro semanas”, contou o profissional.

Através de amigos, o jornalista ficou sabendo que os garimpeiros estavam monitorando seus passos. “A partir daí eu não tive mais paz com relação ao garimpo”, disse. O jornalista chegou a ficar afastado do dia a dia na redação da TV, mas as perseguições e ameaças persistiram por vários meses após a publicação da reportagem.

Em outro momento, também no exercício da profissão, Diniz foi abordado por garimpeiros e quase foi agredido. Ele acompanhava uma operação da Polícia Federal que tinha apreendido e destruído balsas de garimpo no rio Madeira.

“Eu estava indo para o local e, quando eu estava



**QUANDO EU ESTAVA  
CHEGANDO, PARARAM O CARRO  
E DISSERAM PARA EU VOLTAR  
PORQUE OS GARIMPEIROS  
QUERIAM ME PEGAR.**

chegando, pararam o carro e disseram para eu voltar porque os garimpeiros queriam me pegar”, disse o jornalista, que afirma que ainda não pode ir à região do rio Madeira por causa das ameaças.

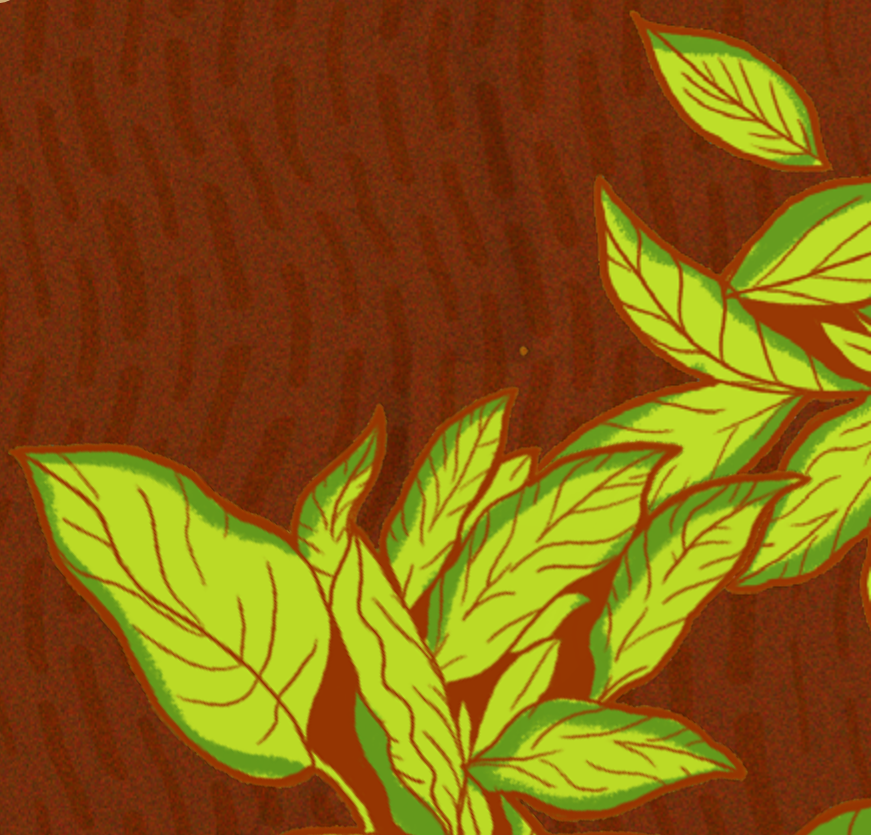
Mesmo assim, Fábio Diniz e sua equipe voltaram a ser atacados recentemente enquanto faziam uma reportagem sobre a seca na Amazônia, em 2023. Ao chegar próximo do rio, na área urbana, a equipe foi recebida com tiros para o alto: “Dispararam tiros e falaram ‘o Fábio não vem aqui’”.

Para se preservar, Diniz diz usar as redes sociais com discrição e evita certos lugares da cidade. O jornalista também tem adotado medidas de segurança quando está em campo, como contatos frequentes com a equipe na redação. “E sempre uso boné e óculos escuros para não ser facilmente reconhecido”, diz.

Diniz chegou a comunicar as ameaças sofridas dos garimpeiros à Polícia Federal, mas não sabe qual será o desfecho dessas denúncias. ■



**MADEIREIROS  
AMEAÇAM  
COMUNICADOR  
POPULAR NO  
TAPAJÓS**





**A**pós denúncias contra madeireiros ilegais no oeste paraense, em setembro de 2023, o comunicador popular Darlon Neres, 23, teve que se afastar da sua comunidade, no **Assentamento Agroextrativista** (PAE) Lago Grande, em Santarém, por três meses. Nesse período, chegou a ter escolta policial por orientação do Ministério Público Federal (MPF).

“Em setembro de 2023, recebi **ameaças por meio de conhecidos**. Fui informado sobre pessoas que estavam circulando na região do assentamento mostrando a minha foto. Depois também recebi áudios em redes sociais. Isso aconteceu após uma **denúncia** que fizemos sobre a exploração madeireira ilegal na nossa comunidade”, explica Darlon.

Área de transbordo para carregamento de madeira explorada na bacia do rio Tapajós, no Pará.

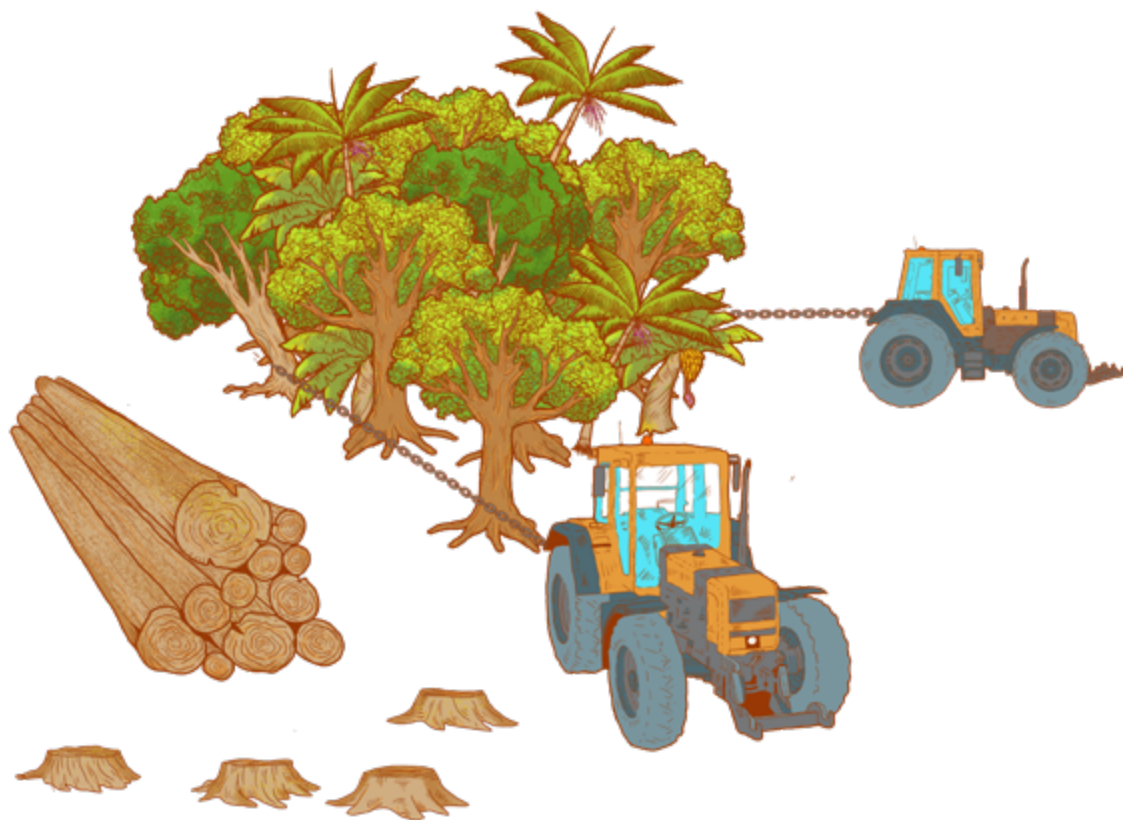


Crédito: Christian Braga/ClimaInfo

Criado em 2005, o **PAE Lago Grande**, localizado em uma região de lagos entre os rios Tapajós, Amazonas e Arapiuns, tem 250 mil hectares e atende à demanda das comunidades das regiões do Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande. O **agroextrativismo** é a base econômica da região, onde vivem 35 mil pessoas em 144 comunidades.

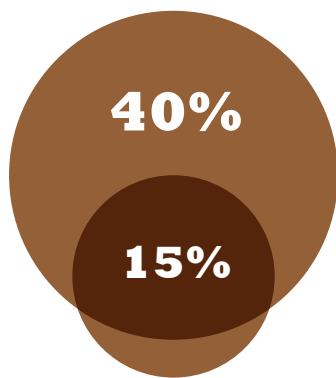
A lentidão da reforma agrária aumenta a vulnerabilidade das comunidades a invasões e subornos. Aqueles que denunciam a comercialização ilegal de madeira e terras enfrentam ameaças, como as vivenciadas por Darlon Neres e pela equipe do jornal *Tapajós de Fato*.

Embora a região seja um foco de atuação de madeireiros e grileiros, Darlon observa o crescimento de outras atividades ilícitas. “A gente tem a presença de madeireiros, pecuaristas, ameaça de mineração, além do narcotráfico. Não há fiscalização dos portos de Manaus a Juruti, e quem vive na região sabe disso. Com relação ao tráfico de drogas, a gente passou a perceber a atuação de facções nos últimos anos”, explica Darlon.





## EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA NA AMAZÔNIA



Estima-se que **40%** da área com registro de exploração de madeira na **Amazônia foi desmatada ilegalmente**. Sendo que **15%** ocorreu em **áreas protegidas legalmente**, como terras indígenas e unidades de conservação, segundo levantamento da Rede Simex (Imazon, Idesam, Imaflores e ICV).

Nascido e criado no PAE Lago Grande, Darlon representa um tipo de comunicação popular bem comum na Amazônia, principalmente em regiões afastadas, onde a imprensa tradicional não chega. Através de programas de rádio e da utilização de grupos em aplicativos de mensagens, ele ajuda a divulgar o trabalho dos agricultores do assentamento e combate notícias falsas sobre a existência de áreas improdutivas.

“Percebemos, em 2018, que o trabalho da comunidade não aparecia, por isso passamos a produzir material de comunicação para divulgar o que o povo daqui produz. A gente tem açaí, bacaba, tucumã, uma diversidade de produtos da floresta. A gente tem artesanato também, então esse território produz”, conta Darlon, orgulhoso. “Isso também serviu para combater as fake news que já circulavam nas redes sociais dizendo que não se produzia nada aqui”, afirma.

Enquanto estava afastado da comunidade por motivos de segurança, Darlon foi escolhido para participar de um programa de incentivo a jovens comunicadores da Amazônia ligado à Conferência do Clima sobre Mudanças Climáticas (COP-30), que será realizada em Belém em 2025. Com apoio da *Deutsche Welle Akademie*, o projeto de Darlon foi um **podcast** sobre como grupos religiosos na Amazônia têm tratado as mudanças climáticas.

Após participar da última edição da COP, em Dubai, Darlon pretende continuar divulgando o trabalho do PAE Lago Grande, mas se lembra das dificuldades diárias da região, especialmente no Pará, **estado recordista** em desmatamento na Amazônia.

“Fazer comunicação na Amazônia é muito desafiador. Você não tem segurança, você fica à mercê. Precisamos melhorar instrumentos de defesa desses comunicadores. Às vezes temos que passar dois dias em um barco para poder dar voz e visibilidade àquelas comunidades. E conseguimos dizer o que se passa lá, que estão

sofrendo ameaças. Quando algum comunicador é ameaçado e violentado porque denunciou uma ilegalidade, a gente não sabe para quem recorrer”, afirma Darlon.

Darlon aguarda uma resposta do PPDDH do governo paraense desde setembro de 2023, quando foi ameaçado. Para ele, esse tipo de demora é crucial para definir o destino dos comunicadores na Amazônia.

**NÃO VAI TER FLORESTA  
SE NÃO TIVER QUEM  
DEFENDA A FLORESTA.**

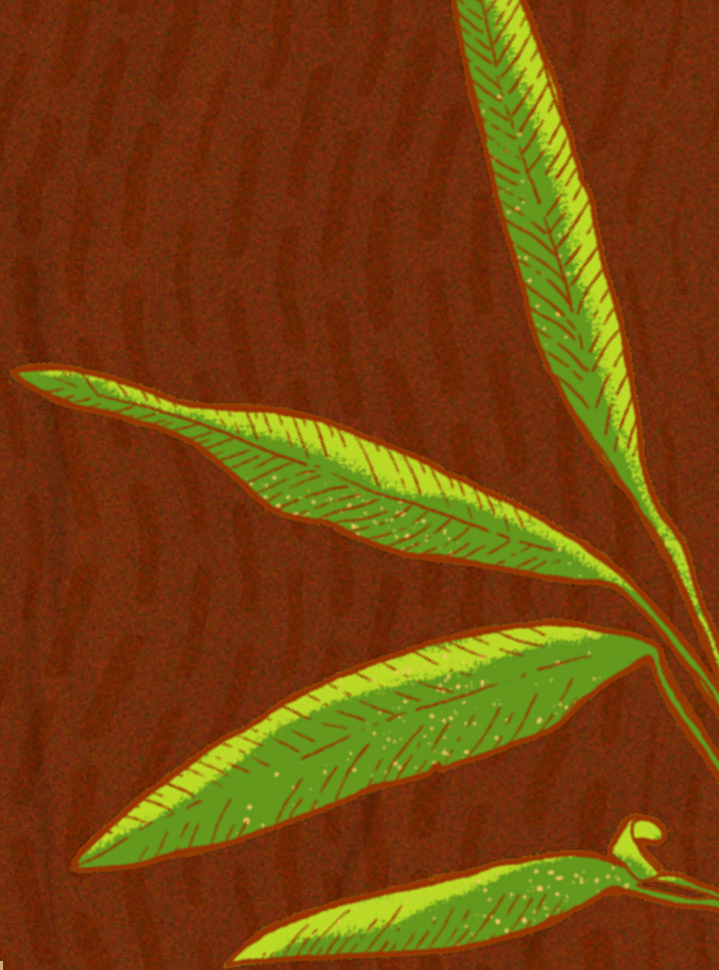
“Está faltando muita coisa. O programa do estado do Pará não funciona. Os ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos têm que trabalhar juntos em um modelo eficaz para de fato trazer segurança. Os governos falam tanto em proteger a floresta e a Amazônia, mas não vai ter floresta se não tiver quem defenda a floresta”, diz Darlon. ■

A exploração de madeira está diretamente relacionada ao aumento do desmatamento, que bateu recordes em áreas protegidas da Amazônia durante o governo Bolsonaro. O próprio ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi denunciado por ligação com exportação de madeira ilegal.

A retirada de madeira da floresta amazônica para o comércio ilegal é uma das atividades que impulsiona outros crimes ambientais. O chamado corte seletivo, apenas dos exemplares com valor comercial, é o primeiro estágio de um processo que segue com a devastação completa da floresta, muitas vezes seguida das queimadas, para então chegarem os projetos de mineração e agropecuários.



# **O CERCO A COMUNICADORES INDÍGENAS**







Em Rondônia, comunicadores indígenas foram cercados por invasores que ocupam área da TI Uru-Eu-Wau-Wau para criação de gado.

**N**o domingo de Dia das Mães, em 14 de maio de 2023, um grupo de comunicadores indígenas foi cercado por fazendeiros dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, e mantido sob ameaças por quase cinco horas. O grupo estava acompanhado do jornalista e cineasta britânico Heydon Prowse e do artista Mundano, e iria gravar um ato justamente contra a invasão do território por fazendas de gado.

A líder indígena Txai Suruí, que estava no local, diz que a ação foi premeditada e organizada. O ataque ocorreu em uma região da terra indígena conhecida como Burareiro, onde, em 1975, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou um assentamento rural que se sobrepõe ao território indígena.

Nessa área, estima-se que há algo em torno de 20 mil cabeças de gado. Uma série de denúncias mostram que os animais criados nessa região abastecem grandes frigoríficos e redes de supermercados. Historicamente, a ocupação dessa parte da terra indígena é influenciada por pressões de políticos locais.

“A gente foi cercado por mais de 50 homens, alguns estavam armados. A gente passou mais de cinco



horas preso lá. E mesmo assim a gente tentou explicar para eles por que aquela área é terra indígena”, nos contou Txai.

A indígena recorda que os fazendeiros ficaram surpresos quando viram os indígenas com câmeras filmando a ação, o que a faz crer que eles tinham outros planos. “O cineasta que estava com a gente tinha duas câmeras grandes. Ele começou a filmar as pessoas. Aquilo ali assustou eles, amedrontou, na verdade”, lembra Txai. O objetivo da **filmagem dos indígenas** era chamar a atenção da Tesco, multinacional varejista britânica, que teria adquirido gado daquela região por meio da JBS.

O impasse só teve fim quando alguns indígenas conseguiram fugir do local de carro. Nesse momento começou uma negociação para que os fazendeiros também gravassem a sua versão dos fatos. Eles obrigaram que parte do grupo permanecesse no local até a chegada de um jornalista de uma emissora local que fosse de sua confiança. Só após essa **gravação**, liberaram o restante do grupo. Os indígenas não aceitaram gravar.

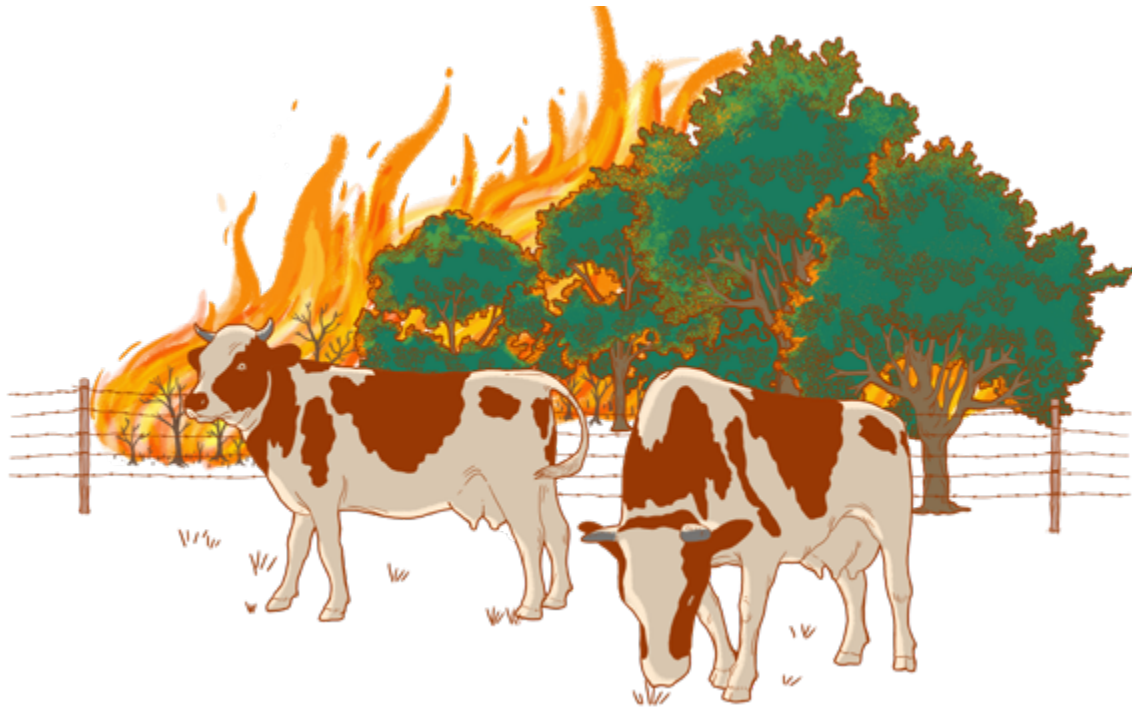
Aqui é importante frisar que a reportagem produzida a pedido dos fazendeiros transmitiu informações falsas sobre a **Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau** e omitiu o fato de que a área é demarcada e homologada desde 1991.

A Uru-Eu-Wau-Wau é uma das **sete terras indígenas** com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para retirada de invasores, a qual começou pela Terra Yanomami. O governo federal tem até dezembro de 2024 para desocupar as sete terras.

Crédito: Vinicius Mendonça/Ibama RO

**A Amazônia concentra quase a metade das 234 milhões de cabeças de gado do país, segundo o IBGE.**





Txai, que por meio da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé atua na formação de comunicadores indígenas na Amazônia, diz que as ameaças têm se tornado frequentes, principalmente com o maior protagonismo dos próprios indígenas na produção de conteúdo.

“As terras indígenas estavam sofrendo muita pressão, invasões, ameaças de lideranças, muitos conflitos. E quando a gente denunciava, não somente para a imprensa, mas também para produção de relatórios, eles diziam que era mentira. O próprio governo federal, na época do então presidente Bolsonaro, dizia que nós estávamos mentindo. Então a única saída que nós vimos foi provar que não estávamos mentindo. E nós fizemos isso através da tecnologia”, conta a líder indígena.

Txai lembra que essas organizações já denunciaram garimpo ilegal, desmatamentos, invasões, entre outros, produzindo conteúdo a partir de seus próprios territórios, com conhecimento dos mais velhos, mas com uso de tecnologias modernas, como georreferenciamento, drones e processos de edições.

“Muitos dos mais velhos nessas comunidades sequer falam português. E eles mesmo chamam os mais jovens, os comunicadores, para denunciarem. Os mais velhos, certamente conhecem mais a mata, e eles já entenderam a importância da forma como a gente vem fazendo a comunicação”, afirma ela.

Para evitar situações semelhantes às vividas recentemente na TI Uru-Eu-Wau-Wau, Txai diz que os comunicadores estão sendo treinados para usarem protocolos de segurança e que o acionamento de órgãos federais pode ser útil em casos como esse. ■

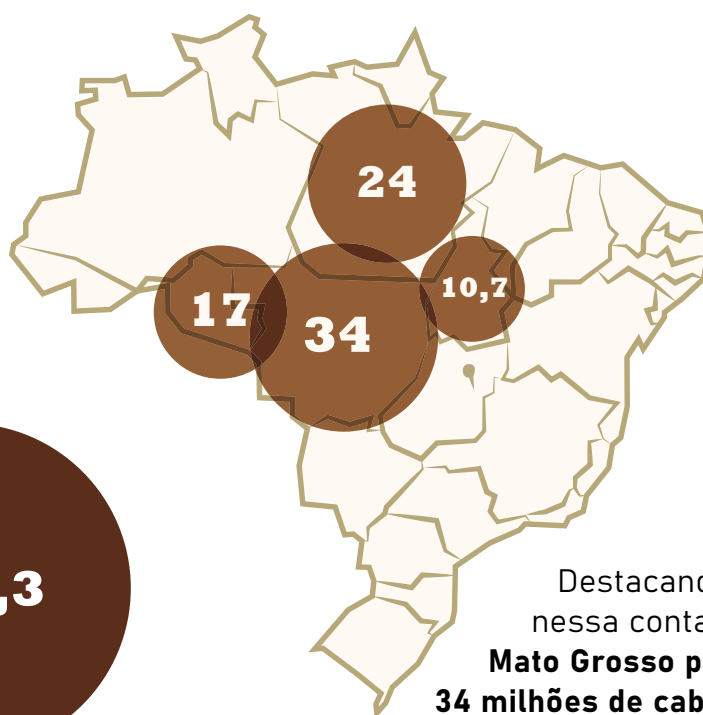
Entre 2018 e 2021, 114 mil hectares de terras indígenas desmatadas viraram pasto, segundo dados do Mapbiomas. Nesse período, **316 territórios da Amazônia Legal registraram abertura de áreas para criação de gado ilegal**. A introdução da pecuária nos territórios indígenas, além de custar a perda ambiental, tem levado conflito às comunidades. O jornalismo tem mostrado que o gado criado ilegalmente em terras indígenas desmatadas na Amazônia vai parar em frigoríficos e grandes cadeias mundiais de abastecimento de carne.

## CONCENTRAÇÃO DE CABEÇAS DE GADO

(em milhões)

A maior concentração encontra-se na Amazônia Legal, abrigoando **44,5% do total, o que representa 104,3 milhões de cabeças de gado.**

**104,3**



Destacando-se nessa contagem, **Mato Grosso possui 34 milhões de cabeças**, seguido pelo **Pará com 24 milhões** e **Rondônia com 17 milhões**. No estado do **Tocantins**, onde a agropecuária corresponde a 37% das emissões totais, o efetivo bovino **é de 10,7 milhões de cabeças**, em um estado com uma população humana de 1,5 milhões de pessoas, segundo o último Censo.

Conforme as informações mais atualizadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) até o ano de 2022, o Brasil possui uma população bovina de 234 milhões de cabeças.



**“O QUE VOCÊS  
FORAM FAZER  
NA FAZENDA DO  
MINISTRO?”**





**E**m abril de 2017, os jornalistas Bruno Abbud e Ednilson Aguiar, do portal de notícias *O Livre*, foram intimidados e ameaçados de prisão por dois policiais civis em uma estrada rural de Vila Bela da Santíssima Trindade, município próximo da fronteira com a Bolívia. Eles tinham acabado de visitar uma das fazendas do ex-ministro, Eliseu Padilha (PMDB-RS), localizada no interior do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco.

A reportagem tinha como foco mostrar as propriedades rurais dentro da unidade de conservação (UC), que é de proteção integral – ou seja, não deveria ter nenhuma atividade produtiva em seu interior. Além de constatar lavouras de soja e milho dentro da UC, os jornalistas registraram uma pista de pouso ilegal na propriedade de Padilha e apuraram com informantes locais que “outros figurões de Brasília teriam fazenda nessa área”.

Ainda no local da apuração, os jornalistas ouviram funcionários da propriedade avisando, pelo rádio, que a imprensa estava na fazenda. Quando voltavam pela estrada de terra, o repórter, o fotógrafo e o guia local que os acompanhava foram abordados por dois fiscais ambientais e policiais com armas em punho.

“No momento da abordagem, os fiscais foram logo perguntando: ‘o que vocês foram fazer na fazenda do ministro?’”, contou o jornalista à equipe do IVH. “Eles foram agressivos, colocaram fuzil na nossa cara”, lembra o profissional.

**NO MOMENTO DA ABORDAGEM, OS FISCAIS FORAM LOGO PERGUNTANDO: ‘O QUE VOCÊS FORAM FAZER NA FAZENDA DO MINISTRO?’**

“Enquanto os fiscais faziam papel de bonzinhos, os policiais civis já estavam bem mais agressivos, perguntando se era para nos conduzir para a delegacia, se era para nos prender, sempre com os fuzis apontados para nós”.

Para se livrarem da situação, os jornalistas

disseram que estavam fazendo reportagem genérica sobre o agronegócio na região, que não tinha relação com a propriedade do ministro.

“A gente estava com muito medo, com as armas apontadas para nós e, nessa condição, a gente resolveu inventar essa história”, explicou Bruno Abbud.

O profissional lembra que, para despistar os fiscais e os policiais, o fotógrafo Ednilson Aguiar mostrou uma série de fotografias de máquinas colheitadeiras cuspidendo soja em caçambas em vastas áreas de plantações fora do parque.

Produção de soja  
acelera desmatamento  
na região Tapajós, no  
oeste do Pará.



Crédito: Christian Braga/Climainfo

Foi o trunfo dos jornalistas para escapar de uma detenção arbitrária e ilegal em um dos estados que historicamente mais desmata a Amazônia. Desde 1988, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Mato Grosso já perdeu mais de 30% de floresta nativa e é o segundo estado mais desmatado na Amazônia Legal.

Abbud também foi [perseguido por Carlos Bolsonaro](#),

filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, quando fazia uma apuração, durante a eleição de 2018, sobre a família. Na época, Carlos exibiu o nome e o perfil do jornalista nas redes sociais e disse que ele estava “vasculhando” a vida do político.

Como efeito, o jornalista passou a receber ameaças por mensagens e até recebeu fotos da própria família como forma de intimidação. Ele registrou boletim de ocorrência, mas não tem detalhes sobre o desfecho da investigação.

Como forma de se proteger, Abbud fechou as redes sociais somente para pessoas que ele aceita e diz ter mudado algumas formas de abordagem quando está em campo, como não se identificar imediatamente como jornalista e se certificar de quem são as pessoas com quem está falando durante as apurações.

O jornalista ainda relata que há muita insegurança no exercício da profissão e que em muitos casos, como o que ele vivenciou no Mato Grosso, nem mesmo as polícias locais são confiáveis para garantir a segurança dos jornalistas. “Não dá para confiar na polícia local, muitas vezes eles estão ligados com as pessoas que cometem crimes ambientais”, pontua.

O Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, onde os jornalistas foram apurar ilegalidades na fazenda do ex-ministro Eliseu Padilha, foi criado em 1997 com 1.586 km<sup>2</sup> para proteger uma área de rica biodiversidade na região de transição entre os biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado. A área sofre pressão histórica dos produtores rurais e da classe política, que têm propostas para reduzir a área protegida ou até mesmo anular o decreto de criação do parque. O Mato Grosso está entre os estados com maior registro de conflitos no campo. Em 2022, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) identificou um **aumento de 61% de casos** em comparação com 2021. No período, a organização contabilizou 12 ameaças de morte.

De acordo com a CPT, a insegurança fundiária e territorial acirra a disputa pela posse, motivando o uso da violência, além de incentivar a atuação ilegal de atividades que geram desmatamento, contaminação e perda de biodiversidade na Amazônia. ■

A expansão das lavouras de grãos na Amazônia está associada, principalmente, com o plantio da soja. Nas duas últimas décadas, a área de soja plantada na Amazônia passou de cerca de um milhão de hectares para os atuais sete milhões, segundo dados do Mapbiomas. No Congresso Nacional, os sojeiros são os principais articuladores da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), grupo que foi o articulador da lei do marco temporal, e que, segundo organizações indígenas, tem provocado o aumento da violência nas terras indígenas.

Em diversas regiões do país, sojeiros tentam impedir a demarcação de territórios indígenas em razão da pressão econômica da soja e de outras commodities, como milho, algodão e carne. Para os ruralistas, o marco temporal virou a tábua de salvação para questionar e tentar cancelar demarcações já realizadas ou em curso.

O marco temporal estabelece que uma área só pode ser considerada indígena se estivesse ocupada na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Isso inviabilizaria o retorno de vários povos expulsos nas décadas de 1960 e 1970 de seus territórios. Em setembro de 2023, o STF derrubou a tese do marco temporal, reforçando o direito dos povos indígenas pelo território através da ancestralidade. Na mesma semana, o Senado aprovou um PL que trata do mesmo tema.





**REPORTAGENS  
CENSURADAS  
AJUDAM A  
PROTEGER  
GRUPOS  
CRIMINOSOS NA  
AMAZÔNIA**



**E**m 2021, parte de uma reportagem que denunciava a troca de vacinas por ouro em Roraima, apurada pela *Amazônia Real*, em parceria com a Repórter Brasil, foi retirada do ar por uma decisão do 2º Juizado Cível de Boa Vista. A decisão recaiu sobre o texto publicado pela *Repórter Brasil*, que colocou uma tarja preta nos trechos censurados. A reportagem ficou sob censura judicial por 20 dias, até que a decisão fosse suspensa.

“Compro tudo’: ouro Yanomami é vendido livremente na rua do Ouro, em Boa Vista” denunciou o envolvimento de uma servidora do Ministério da Saúde que fazia vacinação contra covid-19 nos yanomami e que foi flagrada vendendo ouro ilegalmente em Boa Vista. Assinada por Maria Fernanda Ribeiro e Clara Britto, da *Amazônia Real*, a reportagem fornece detalhes sobre essa atividade criminosa do garimpo ilegal, ao mesmo tempo que contextualiza o trabalho da agente de saúde em relação à vacinação da comunidade Yanomami contra a covid-19.



A jornalista Elaíze Farias, fundadora do site *Amazônia Real*, diz que pelo menos outras três reportagens são alvo de ações judiciais e outra está fora do ar por decisão judicial. “Somos uma mídia independente e a matéria que foi publicada estava tudo certo, não tinha nada de errado, mas como tomou proporção grande, que até veículos de abrangência nacional deram, aí só processaram a gente”, afirma.

Em 2015, em uma matéria sobre a **falta de água na cidade de Manaus**, Elaíze foi ameaçada de processo pelo próprio órgão responsável pelo abastecimento das famílias. “Mandaram uma nota extrajudicial para a gente, ameaçando nos processar. Naquela época a gente nem tinha advogado, quem nos ajudou foi um advogado voluntário. Nós contestamos e fizemos até uma matéria sobre isso, mas eles nunca avançaram no processo”, comenta Elaíze.

Elaíze faz uma reflexão sobre o espaço que o jornalismo ocupa na Amazônia e diz que a região enfrenta um processo de colonização continuada. “Geralmente por trás estão os grandes interesses econômicos, com apoio, omissão, ou incentivo das autoridades públicas, dos governos, dos políticos locais e regionais. Precisamos ampliar o olhar do que é legal e ilegal, pois até mesmo o que parece ser legal vem de processos ilegais”, aponta.

O alto grau de insegurança na região levou a jornalista a tomar algumas decisões pontuais e diz que já desistiu de escrever matérias sobre o narcotráfico. “Tem o narcotráfico urbano, que a gente vê aqui no contexto de Manaus, que é muito presente em todos os bairros, pelo menos nos últimos dez anos. Acontece que essa presença vêm aumentando, segundo os estudos que estão sendo realizados. Os grupos de criminosos se espalharam e hoje estão nas fronteiras, e, sobretudo, nas regiões quilombolas, indígenas e de ribeirinhos”.



**A GENTE DESISTIU, A GENTE  
NÃO FEZ A FILMAGEM, FOI  
UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA,  
A GENTE NÃO VAI APENAS  
PORQUE A GENTE QUER  
TER UMA IMAGEM.**

A jornalista lembra que quando foi ao Vale do Javari, em março de 2023, passou por comunidades na fronteira com o Peru que são

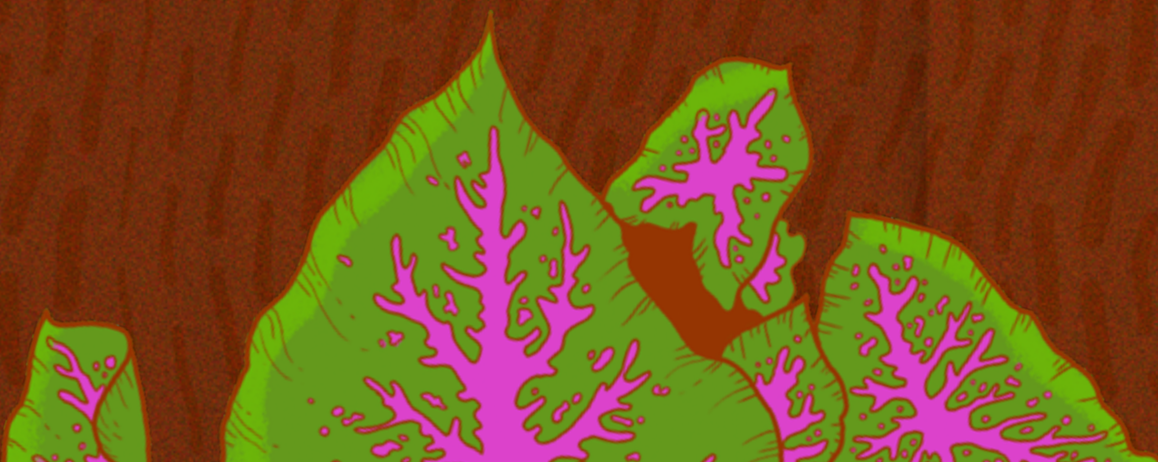
rotas do tráfico de drogas. Nelas é possível fotografar plantações de coca com drone. No entanto, como estava em uma embarcação pequena, que poderia ser facilmente alcançada caso fossem notados, ela diz que preferiu prezar pela

segurança da equipe. “A gente desistiu, a gente não fez a filmagem, foi uma questão de segurança, a gente não vai apenas porque a gente quer ter uma imagem, a gente abriu mão disso, porque optamos pela nossa segurança, não iríamos nos arriscar”, explica a jornalista.

Por fim, Elaíze destaca a importância e a necessidade da adoção de medidas de segurança para a cobertura jornalística na Amazônia, como a elaboração de roteiros de viagem com previsão de locais para atendimentos de emergência. ■



**SEDE DE JORNAL  
É METRALHADA  
EM RONDÔNIA**





**E**m novembro de 2022, a sede do jornal *Rondônia Ao Vivo* foi alvo de disparos, ao que tudo indica, motivados pela linha editorial do veículo durante a cobertura de atos antidemocráticos que questionaram o resultado das eleições daquele ano. Era madrugada e o prédio, que estava vazio, foi alvo de mais de dez disparos.

Ivan Frazão, editor do site *Rondônia Ao Vivo*, conta que, desde o período eleitoral, o meio de comunicação já vinha sofrendo ataques nas redes sociais “por buscar fazer uma cobertura imparcial das eleições”, nos contou.

Frazão diz que o veículo sempre buscou fazer jornalismo de forma correta e que notícias que mostram casos de invasões de terras, desmatamento ou crimes ambientais sempre incomodam boa parte da economia local, pois a região é dominada pelo agronegócio.

**TEMOS MUITOS CONFLITOS, INVASÕES DE TERRA, E OS POLÍTICOS, DE CERTA FORMA, CONCORDAM COM ESSAS SITUAÇÕES.**

“Temos muitos conflitos, invasões de terra, e os políticos, de certa forma, concordam com essas situações”, explica ele, esclarecendo o contexto da cobertura local.

“A gente sempre procura retratar o que está acontecendo. É óbvio, se há injustiças, a gente também retrata. Se há conflito com mortes, com truculência da polícia, a gente mostra”, afirma, contando que foi um processo gradativo de descontentamento com os grupos que não concordam com a linha editorial do veículo.

“O Paulo [Andreoli], que é o dono do jornal, ele vinha sendo muito ameaçado”, conta Frazão. “E a gente pagou um preço por isso”, completa.

Em Rondônia, Jair Bolsonaro (PL) obteve 70,6% dos votos no segundo turno das eleições. A difusão de conteúdos falsos durante a eleição em Rondônia se tornou um problema para a imprensa



local, afirma Frazão, já que os jornalistas tinham que se ocupar em desmentir as notícias falsas que circulavam pela internet.

Alguns desses conteúdos, diziam, por exemplo, que, em uma eventual vitória de Lula, os produtores rurais **perderiam suas terras**, pois essas seriam supostamente transformadas em terras indígenas.

Durante os acampamentos em frente aos quartéis após o resultado das eleições de 2022, Frazão lembra que o veículo se posicionou pela defesa da democracia e pelo reconhecimento do resultado das urnas.

“Aquele grupo tinha apoio de gente que tinha condições para manter aquilo. E a gente se posicionou sempre a favor da democracia, independentemente de quem vencesse. Mas não pedir um golpe militar. A gente era contra isso”, afirma o jornalista.

O ataque na sede do *Rondônia Ao Vivo*, segundo Frazão, “foi um recado”, que levou o grupo a adotar



medidas próprias de segurança para proteger a equipe. Além de câmeras, a segurança para acessar o prédio foi reforçada, e foram adotadas precauções adicionais para os jornalistas que estão em campo.

“A equipe ficou muito atordoada. Ficou todo mundo com muito receio de que algo parecido voltasse a se repetir com alguém aqui dentro”, conta. A Polícia Federal identificou suspeitos do crime, mas, segundo Frazão, a investigação não avançou. ■

Os ataques de políticos a jornalistas estão aumentando no Brasil, especialmente em anos eleitorais. Um levantamento do projeto Ctrl+X, da Abraji, revelou que, em 2022, houve 249 casos de processos judiciais movidos por políticos ou partidos contra jornalistas no Brasil, um aumento de 14% em comparação com as eleições de 2018. O estado do Amazonas, com apenas 2% da população brasileira, concentrou quase 25% dos processos judiciais no país, segundo o projeto que monitora casos de censura e de assédio judicial que afetam jornalistas.

Partidos que historicamente dão suporte às atividades desmatadoras na Amazônia são os que lideram os números de ações contra a imprensa. Segundo o levantamento da Abraji, os políticos do União Brasil foram responsáveis por 15,9% dos processos judiciais analisados. O partido é seguido por MDB, com 15%; PSD, com 9,3%; PL, com 8,1%; e PP e Cidadania, cada um com 6,1%.

# ECOSSISTEMA DE RECURSOS DE PROTEÇÃO A COMUNICADORES/AS

**Q**uando desenvolvemos uma estratégia de proteção para enfrentar determinado cenário de risco, temos sempre que considerar a dimensão coletiva dessa estratégia. A efetividade vai depender não só das medidas individuais de autoproteção que possam ser desenhadas e implementadas, mas também da formação de redes de apoio que complementem lacunas as quais não conseguimos resolver sozinhos. Para isso, é importante entender quais os recursos e iniciativas institucionais – do Estado ou da sociedade civil – estão disponíveis para apoiar e fortalecer as estratégias de proteção de comunicadores/as em situação de risco.

## **Iniciativas de proteção a comunicadores/as da sociedade civil**

Várias organizações de defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão fazem o acompanhamento e o apoio a casos de comunicadores/as em situação de risco. Entre elas, o próprio Instituto Vladimir Herzog, além de Artigo 19, Repórteres Sem Fronteiras, Intervezes e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), organizações de referência na defesa da liberdade de expressão, que ajudam a articular essas redes de apoio e proteção. Além disso, entidades sindicais do campo da comunicação, como sindicatos de jornalistas e radialistas nos estados, ou entidades nacionais, como a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), também podem fazer o acompanhamento de casos de violação.



Em contextos específicos ou para certos perfis de atuação, outras organizações ou redes de direitos humanos podem também apoiar, como o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos.

## **Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores**

A principal iniciativa organizada pela sociedade civil para apoio estruturado a comunicadores/as em situação de risco é a Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores. A Rede é uma articulação de dezenas de organizações de direitos humanos, entidades sindicais, associações locais, jornalistas, comunicadores/as e ativistas de direitos humanos de todas as regiões do Brasil que se reuniram para fortalecer estratégias de proteção coletiva a casos de jornalistas e comunicadores/as em risco.

A rede começou a se articular de maneira sistemática a partir de 2017, tendo realizado até agora três encontros nacionais, em 2018, 2019 e 2023. Para garantir um fluxo de recebimento e apoio a casos de pessoas em risco e disponibilizar informações e materiais de orientação em proteção, foi lançada, em agosto de 2021, a plataforma digital da iniciativa.

A ferramenta conta com informações sobre dados de violações, posicionamentos da rede e um repositório de materiais de proteção. Mas o recurso mais importante é um mecanismo de recebimento de casos de jornalistas e comunicadores/as em situação de risco.

A estratégia de apoio em proteção da Rede parte sempre de um princípio metodológico básico: a abordagem integral. Em cada caso recebido pela Rede é feita uma avaliação de risco, considerando as diferentes dimensões da vida e da atuação do/a comunicador/a envolvido/a ou impactado/a

por aquela violação. Da mesma forma, o desenho das medidas de apoio deve também levar em conta essa complexidade de dimensões, articulando outros atores e parceiros da rede para que complementem o acolhimento de maneira adequada. Isso significa que sempre devem ser considerados os aspectos da segurança física; da proteção psicossocial e do cuidado; da segurança da informação e digital; da proteção jurídica e institucional, entre outras dimensões que se articulam na construção da estratégia de proteção.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que uma iniciativa de proteção liderada por organizações da sociedade civil sempre terá limitações estruturais, considerando os recursos restritos e o papel institucional que recai sobre órgãos do Estado para a resolução ou enfrentamento de certas violações.

A Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores tem uma plataforma digital que disponibiliza uma Biblioteca de Proteção com cartilhas, guias e outros documentos sobre segurança e proteção, além de uma ferramenta de denúncia de casos que podem ser acompanhados pelos parceiros do projeto.

## **Políticas de proteção do Estado Brasileiro**

Vários órgãos de Estado têm responsabilidades complementares no apoio a casos de violação de direitos a jornalistas e comunicadores/as, ou mesmo na responsabilização dos perpetradores dessas violações. O Ministério Público (MP) destaca-se como o mais importante deles, já que, além de sua responsabilidade em propor ações penais de responsabilização dessas violações ao judiciário, também tem a prerrogativa de realizar o controle externo da atividade policial. Essas responsabilidades, no entanto, nem sempre são cumpridas, e o engajamento do MP no apoio a casos de violações contra jornalistas e comunicadores/as, ou mesmo em ações de prevenção a essas violações, varia de estado para estado. Assim, uma articulação com o Ministério Público (Estadual ou Federal, dependendo da situação) deve ser sempre considerada na construção da estratégia de proteção, mas nem sempre será efetiva na prática.

## **Programa de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores Sociais e Ambientalistas**

A principal política pública de proteção a comunicadores/as é o Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos, Comunicadores Sociais e Ambientalistas (PPDDH). Criado em 2005, também a partir da mobilização que se seguiu ao assassinato da missionária Dorothy Stang, no Pará, o foco do mecanismo sempre esteve no atendimento de defensores/as de direitos humanos, com destaque para defensores/as de terra e território. Diferentemente de outros mecanismos importantes na região, como o da Colômbia e o do México, que há bastante tempo previam o atendimento a comunicadores/as, o mecanismo brasileiro só passou a incluir oficialmente a categoria “comunicadores sociais” em seu escopo de atendimento em setembro de 2018, depois de anos de pressão da sociedade civil organizada. Essa inclusão, no entanto, tem um efeito mais simbólico ao reconhecer a situação de violência sistemática sofrida por comunicadores/as, já que, na prática, ela ainda não se efetivou.

Em mais de seis anos desde que os/as comunicadores/as foram formalmente incluídos/as como parte do Programa, poucos/as foram atendidos/as pela equipe federal do Programa. Isso demonstra que existe um descolamento grande entre o cenário geral de hostilidade e violência contra jornalistas e comunicadores/as e a atuação do Programa para incidir nesse contexto. Além disso, mesmo que houvesse uma inclusão real de comunicadores/as, as medidas de proteção oferecidas aos/às defensores/as de direitos humanos atendidos/as pelo Programa são consideradas bastante ineficientes e precárias pela sociedade civil.

Segundo o Manual de Procedimentos do PPDDH, é objetivo do Programa:

[...] proporcionar proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege e defende os Direitos Humanos, e, em função de sua atuação e atividades nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco e/ou vulnerabilidade.<sup>2</sup>

Atualmente, o PPDDH faz parte da estrutura do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). Embora a gestão do mecanismo seja federal e haja uma Coordenação-Geral do Programa Nacional responsável por atender os casos em todo o território brasileiro, a estrutura do mecanismo foi pensada para que ele funcione também em nível estadual, por meio de parcerias entre o governo federal, os estados e entidades da sociedade civil. Nos estados conveniados, a atuação do Programa ocorre por meio de

<sup>2</sup> Manual de Procedimentos dos Programas de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2017, p. 13.



equipes técnicas estaduais das entidades executoras, que são conveniadas por meio das Secretarias de Estado. Passados mais de 15 anos da criação do Programa, menos de um terço dos estados possuem Programas próprios em atividade, sendo que a maior parte do país ainda é atendida exclusivamente pela equipe federal.

Para o atendimento, o mecanismo brasileiro requisita que os beneficiários tenham comprovada relação com a defesa e promoção dos direitos humanos e que haja nexos causal entre a situação de ameaça ou vulnerabilidade e a atividade de defensor ou comunicador.

O Manual de Procedimentos do PPDDH entende por violação:

A violação caracteriza-se por toda e qualquer conduta atentatória à atividade pessoal ou institucional do defensor dos Direitos Humanos ou de organização e movimento social que se manifeste, ainda que indiretamente, sobre familiares ou pessoas de sua convivência próxima, dentre outras formas, pela prática de crimes tentados ou consumados, tais como homicídio, tortura, agressão física, ameaça, intimidação, difamação, prisão ilegal ou arbitrária, falsa acusação, além de atentados ou retaliações de natureza política, religiosa, econômica, cultural, de origem, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de cor e raça, de idade, dentre outras formas de discriminação, desqualificação e criminalização de sua atividade que ofenda a sua integridade física, psíquica ou moral, a honra ou o seu patrimônio.<sup>3</sup>

Dentre as diversas diretrizes do Programa, que podem ser consultadas no Manual, uma de suas principais missões é enfrentar as causas estruturantes dos conflitos. Ou seja, a dimensão de proteção inclui, centralmente, o combate das causas que geraram a situação de ameaça ou vulnerabilidade a que o defensor ou defensora de direitos humanos foi submetido, sob pena de não serem alcançados os objetivos da política.

É importante destacar ainda que, ao contrário de outros programas de proteção na esfera federal, tal como o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), o PPDDH tem como tarefa prezar pela permanência do defensor ou defensora em seu território, bem como pela continuidade de suas atividades. Para que isso seja alcançado, o PPDDH tem como diretriz o “fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na proteção aos Defensores/as dos Direitos Humanos e na atuação das causas que geram o estado de risco ou vulnerabilidade”.

As medidas de apoio previstas pelo Programa de Proteção têm três dimensões: atuar diretamente na segurança e bem-estar dos/as defensores/

<sup>3</sup> Manual de Procedimentos dos Programas de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2017, p. 13.

as atendidos/as, contribuir para promover a atuação dos beneficiários na defesa dos direitos humanos e articular medidas que combatam as situações estruturais de conflito nos contextos em que se encontram as pessoas defensoras.

Para solicitar proteção ao PPDDH, é necessário entrar em contato com o **Programa** por meio do disque direitos humanos (conhecido como disque 100).

No entanto, ao analisar casos atendidos pelo Programa, podemos perceber que essa incidência estrutural nas causas dos conflitos que geram as violações nunca aconteceu – e não há nenhum plano efetivo para construir medidas nesse sentido. Nesse contexto, as medidas que são implementadas seguem sendo pouco efetivas para interromper o fluxo de violações, como as contra jornalistas e comunicadores/as, cuja perpetuação vem sendo captada por organizações da sociedade civil há bastante tempo.

Por fim, há uma série de críticas da sociedade civil a problemas estruturais e de funcionamento do PPDDH que precisam ser levadas em conta antes de avaliar se vale a pena procurar o Programa ou não. Entre elas, destacam-se: falta de metodologias específicas adequadas ao atendimento de jornalistas e comunicadores/as; falta de participação social e transparência; estrutura e recursos (humanos e financeiros) insuficientes para atender à demanda de casos; baixa execução orçamentária; inadequação quanto às perspectivas de gênero, raça e classe; instabilidade institucional e de gestão do mecanismo. ■

# DICAS DE SEGURANÇA

Os jornalistas entrevistados pelo IVH compartilharam dicas de segurança e medidas que têm adotado para evitar novos casos de violência. Entre elas, estão:

- ✓ adotar um protocolo de segurança em toda viagem a campo;
- ✓ adotar um cronograma compartilhado junto ao veículo, colegas de profissão e pessoas de confiança;
- ✓ estudar bem a região e colocar no cronograma compartilhado onde pretende estar em cada dia para que outras pessoas acompanhem a viagem;
- ✓ evitar andar de ônibus ou outros tipos de transporte público para fazer uma matéria;
- ✓ evitar viajar à noite;
- ✓ utilizar aparelho celular exclusivamente para atividades profissionais, diferente do aparelho pessoal;
- ✓ não compartilhar a própria localização ou qualquer tipo de situação pessoal em redes sociais;
- ✓ certificar-se de quem são as pessoas com quem conversa em uma apuração em campo;
- ✓ portar, o tempo inteiro, aparelho de GPS;
- ✓ sempre estar acompanhado de guia local ou pessoa de confiança.





# RECOMENDAÇÕES PARA O ESTADO BRASILEIRO A PRIMORAR SUAS INICIATIVAS DE PROTEÇÃO A JORNALISTAS E COMUNICADORES/AS:

- ✓ reforçar com estrutura e orçamento o Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais;
- ✓ garantir as atividades do Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta, responsável por propor políticas de segurança para defensores dos direitos humanos, liberdade de expressão e meio ambiente;
- ✓ promover uma maior agilidade para atender as solicitações de proteção;
- ✓ promover uma maior integração dos programas estaduais com o programa federal;
- ✓ adotar um protocolo específico para direcionar os protegidos para o programa federal quando for constatada influência de agentes locais na política de segurança estadual;
- ✓ melhorar os canais de denúncia, através de ampla divulgação nacional;
- ✓ estabelecer protocolos para forças de segurança de todas as esferas em todo o território nacional, a fim de que, desde o primeiro atendimento, as denúncias de violência contra jornalistas e comunicadores/as possam ser tratadas de forma específica;
- ✓ promover campanhas de comunicação para toda a sociedade sobre a importância do trabalho jornalístico para o bom funcionamento do regime democrático;
- ✓ garantir ampla participação social nos espaços de concepção e implementação de políticas públicas voltadas ao tema;
- ✓ criar mecanismos para fortalecer – inclusive financeiramente – o jornalismo local, comunitário e independente, a fim de ampliar e diversificar as fontes de informação e conter o avanço dos desertos de notícias.

# RAIO-X DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

## ACRE



População/Densidade Demográfica:  
**830.018 pessoas - 5,06hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 21,3 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **6.812,78 km<sup>2</sup> - (5.32%)**

Casos Fenaj: **6**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **94**

## AMAZONAS



População/Densidade Demográfica:  
**3.941.613 pessoas - 2,53hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 131.5 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **16.647,90 km<sup>2</sup> - (12.99%)**

Casos Fenaj: **38**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **268**

## AMAPÁ



População/Densidade Demográfica:  
**733.759 pessoas - 5,15hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 20,1 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **460,97 km<sup>2</sup> - (0.36%)**

Casos Fenaj: **5**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **70**

## MARANHÃO



População/Densidade Demográfica:  
**6.776.699 pessoas - 20,56hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 124,9 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **6.419,23 km<sup>2</sup> - (5.01%)**

Casos Fenaj: **13**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **107**

## MATO GROSSO



População/Densidade Demográfica:  
**3.658.649 pessoas - 4,05hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 233,3 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **24.495,08 km<sup>2</sup> - (19.11%)**

Casos Fenaj: **31**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **129**

## PARÁ



População/Densidade Demográfica:  
**8.120.131 pessoas - 6,52hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 262,9 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **52.366,90 km<sup>2</sup> - (40.85%)**

Casos Fenaj: **89**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **102**

## RONDÔNIA



População/Densidade Demográfica:  
**1.581.196 pessoas - 6,65hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 58,1 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **16.350,98 km<sup>2</sup> - (12.76%)**

Casos Fenaj: **20**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **128**

## RORAIMA



População/Densidade Demográfica:  
**636.707 pessoas - 2,85hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 18,2 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **3.917,26 km<sup>2</sup> - (3.06%)**

Casos Fenaj: **13**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **72**

## TOCANTINS



População/Densidade Demográfica:  
**1.511.460 pessoas - 5,45hab/km<sup>2</sup>**

PIB: **R\$ 51,7 bilhões**

Área Desmatada entre 2008 e 2023: **706,61 km<sup>2</sup> - (0.55%)**

Casos Fenaj: **20**

Processos Judiciais nas eleições 2022 (Ctrl+X/Abraji): **27**

Fonte: IBGE 2022, INPE, FENAJ(2013-2023), ABRAJI (Projeto Ctrl+X)



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 ANO sem Dom Phillips e Bruno Pereira. **Instituto Vladimir Herzog**. 05 jun. 2023. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/1-ano-sem-dom-phillips-e-bruno-pereira/> Acesso em: 27 mar. 2024.

ABBUD, Bruno. As estranhas terras do ministro Padilha. **Medium**. 22 ago. 2017. Disponível em: <https://medium.com/@babbud/as-estranhas-terras-do-ministro-padilha-3d33ed2932a9> Acesso em: 27 mar. 2024.

AMAZÔNIA Minada. **InfoAmazonia**. 2020. Disponível em: <https://minada.infoamazonia.org/filter?uc=false> Acesso em: 27 mar. 2024.

ANDRZEJEWSKI, Cécile. A pesca ilegal, última investigação do jornalista que queria salvar a Amazônia. **Forbidden Stories**, 01 jun. 2023. Disponível em: <https://forbiddenstories.org/pt-pt/a-pesca-ilegal-ultima-investigacao-do-jornalista-que-queria-salvar-a-amazonia/> Acesso em: 27 mar. 2024.

APROVADO no Senado, marco temporal para terras indígenas segue para sanção. **Agência Senado**. 27 set. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/27/aprovado-no-senado-marco-temporal-para-terras-indigenas-segue-para-sancao> Acesso em: 27 mar. 2024.

BATISTA, Alcindo. Tapajós de fato sofre ameaças após denúncia contra exploração no PAE Lago Grande. **Fase**. 20 dez. 2021. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/noticias/tapajos-de-fato-sofre-ameacas-apos-denuncia-contr-exploracao-no-pae-lago-grande/> Acesso em: 27 mar. 2024.

BERGAMO, Mônica. Jornalista que está fazendo perfil de Carlos Bolsonaro registra B.O. por ameaças. **Folha de São Paulo**. 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/12/jornalista-que-esta-fazendo-perfil-de-carlos-bolsonaro-registra-bo-por-ameacas.shtml> Acesso em: 27 mar. 2024.

BISPO, Fábio. Polícia investiga atuação da milícia no fornecimento de armas para garimpo na terra Yanomami. **InfoAmazonia**. 18 fev. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/02/18/policia-investiga-atuacao-da-milicia-no-fornecimento-de-armas-para-garimpo-na-terra-yanomami/> Acesso em: 27 mar. 2024.

CASEMIRO, Poliana. Retorno do garimpo, desnutrição, avanço da malária e mortes: o raio X da Terra Yanomami 1 ano após governo Lula decretar emergência. **G1**. 10 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/01/10/retorno-do-garimpo-desnutricao-avanco-da-malaria-e-mortes-o-raio-x-da-terra-yanomami-1-ano-apos-governo-lula-decretar-emergencia.ghtml> Acesso em: 27 mar. 2024.

CARTA de solidariedade e apoio à liderança jovem Darlon Neres. **Fase**. 16 set. 2023. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/artigos/carta-de-solidariedade-e-apoio-a-lideranca-jovem-darlon-neres/> Acesso em: 27 mar. 2024.

COLLUCCI, Cláudia. Governador de Roraima defende ajuda a garimpeiros que deixarem território Yanomami. **Folha de São Paulo**. 08 fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/governador-de-roraima-defende-ajuda-a-garimpeiros-que-deixarem-territorio-yanomami.shtml> Acesso em: 27 mar. 2024.

DUARTE, Catarina. “Vamos achar ele”: ativista ambiental é ameaçado por Madeireiro em Santarém (PA). **Ponte Jornalismo**. 22 set. 2023. Disponível em: <https://ponte.org/vamos-achar-ele-ativista-ambiental-e-ameacado-por-madeireiros-em-santarem-pa/> Acesso em: 27 mar. 2024.

EM defesa da vida: solidariedade a Darlon Neres. **Articulação Nacional de Agroecologia**. 18 set. 2023. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2023/09/18/em-defesa-da-vida-solidariedade-a-darlon-neres/> Acesso em: 27 mar. 2024.

FARIAS, Elaíze. Manaus tem mais de 626 mil pessoas sem acesso à rede de abastecimento de água. **Amazônia Real**. 19 mar. 2015. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/manaus-tem-mais-de-626-mil-pessoas-sem-acesso-a-rede-de-abastecimento-de-agua/> Acesso em: 27 mar. 2024.

FEAGLE. PAE Lago Grande. nov. 2019. Disponível em: [https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325\\_folheto\\_PAElagrandeWEB.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/1573575070325_folheto_PAElagrandeWEB.pdf) Acesso em 27 mar. 2024.

FENAJ. Relatórios de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2013-2023). Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/> Acesso em: 27 mar. 2024.

GALVANI, Giovanna. Deputados de Roraima aprovam projeto que libera garimpo no estado. **Carta Capital**. 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputados-de-roraima-aprovam-projeto-que-libera-garimpo-no-estado/> Acesso em: 27 mar. 2024.

IMPASSE no assentamento Burareiro e área indígena Uru-Eu-Wau-Wau. 15 maio 2023. 1 vídeo (36m51s). Publicado pelo canal Sintonia de Rondônia. Disponível em: <https://youtu.be/69YK8swlGc0?si=BHOLfJtkQrwpuaAd> Acesso em: 27 mar. 2024.

JUNQUEIRA, D.; POTTER, H. Marco Temporal: apetite da soja por terras indígenas ignora pressão global por desmatamento. **Brasil de Fato**. 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/21/marco-temporal-apetite-da-soja-por-terras-indigenas-ignora-pressao-global-por-desmatamento> Acesso em: 27 mar. 2024.

MESQUITA, Carolina. Conflitos no campo aumentam 61% em um ano em MT, diz relatório. **G1/MT**. 10 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/05/10/conflitos-no-campo-aumentam-61percent-em-um-ano-em-mt-diz-relatorio.ghtml> Acesso em: 27 mar. 2024.

NERES, Darlon. Entre a cruz e o clima Podcast. nov. 2023. **Get Ready 4 the COP!** Disponível em: <https://ready4cop.net/entre-a-cruz-e-o-clima/> Acesso em: 27 mar. 2024.

O poder da milícia em Roraima. **InfoAmazonia**. 18 fev. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/categoria/topicos/milicia/o-poder-da-milicia-em-roraima/> Acesso em: 27 mar. 2024.

PA - Centenas de comunidades de assentados de Lago Grande São ameaçadas pela mineração enquanto aguardam os títulos coletivos de suas terras. **Mapa de conflitos/ Fiocruz**. 2024. <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-centenas-de-comunidades-de-assentados-de-lago-grande-sao-ameacadas-pela-mineracao-enquanto-aguardam-os-titulos-coletivos-de-suas-terras/> Acesso em: 27 mar. 2024.



PONTES, Fábio. Em Rondônia, vídeos desinformam sobre demarcação de terras indígenas para virar voto para Bolsonaro. **InfoAmazonia**. 29 out. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/29/rondonia-demarcacao-terras-indigenas-bolsonaro/> Acesso em: 27 mar. 2024.

PONTES, Nádia. Por que o Pará é o campeão de desmatamento na Amazônia. **DW**. 04 ago. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-o-par%C3%A1-%C3%A9-o-campe%C3%A3o-de-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia/a-66444523> Acesso em: 27 mar. 2024.

PRESIDENTE do STF determina que União apresente novo plano contra invasão de sete terras indígenas. **Portal STF**. 10 nov. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=518765&ori=1#:~:text=O%20presidente%20do%20Supremo%20Tribunal,ser%20executado%20em%2012%20meses> Acesso em: 27 mar. 2024.

PROCESSOS Judiciais contra Jornalistas nas Eleições 2022: como a censura e o assédio judicial afetam os processos políticos e a democracia brasileira? **Ctrl+X/ Abraji**. 13 dez. 2023. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/abraji-divulga-relatorio-inedito-sobre-as-eleicoes-de-2022> Acesso em: 27 mar. 2024.

PROWSE, Heydon. Earlier this year we made a film with the indigenous Brazilian environmental activists. 11 out. 2023. Instagram: @heydonprowse. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CyP\\_bmqINpD/?hl=pt](https://www.instagram.com/p/CyP_bmqINpD/?hl=pt) Acesso em: 27 mar. 2024.

RIBEIRO, M. F.; BRITTO, C. "Compro tudo": ouro Yanomami é vendido livremente na rua do Ouro, em Boa Vista. **Repórter Brasil**. 24 jun. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/compro-tudo-ouro-yanomami-e-vendido-livremente-na-rua-do-ouro-em-boa-vista/> Acesso em: 27 mar. 2024.

STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Portal **STF**. 21 set. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1> Acesso em: 27 mar. 2024.

TERRA Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. **Terras Indígenas/ ISA**. 2024. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3891> Acesso em: 27 mar. 2024



# EXPEDIENTE

## Instituto Vladimir Herzog

Presidente Honorária

Clarice Herzog

Presidente do Conselho

Ivo Herzog

Diretor Executivo

Rogério Sottili

## Área de Jornalismo e Liberdade de Expressão

Coordenador

Giuliano Galli

Supervisor de Articulação

Dyego Pegorario

Assessora de Projeto

Crisley Santana

## Colaboradores/as:

Anna Clara Pereira Soares

Bruna Pereira

Crislei Custódio

Gabriela Teixeira

Geovana Cunha

Hamilton Harley

Lorrane Rodrigues

Lucas Barbosa

Luisa Souza

Luiza Souto

Marcella Monteiro

Maria Cristina Berger

Mayara de Lara

Natália Pesciotta

Neide Nogueira

Pedro Oliveira

Rafael Schincariol

Renata Aquino

Robert Guedes Barbosa

Sâmia Gabriela Teixeira

Sidneia Neris de Souza

Tatiana Rocha

Thayná Andrade

Valquíria Ferreira

Vanessa Pechiaia

## Relatório

---

Edição e Coordenação

Hyury Potter

Pesquisa e Entrevistas

Fábio Bispo, Ariene Susui e Hyury Potter

Textos

Ariene Susui, Dyego Pegorario, Fábio Bispo, Giuliano Galli e Thiago Firbida

Diagramação e Infografias

Cristiane Macari

Ilustrações

Filipe Almeida

Revisão

Luísa Caron



## Realização



## Apoio



Embaixada da Noruega  
*Brasília*

**NL** Países Baixos



Kingdom of the Netherlands